



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

LETÍCIA KOEPEL MENDONÇA

**As transformações no mercado de trabalho e a inserção ocupacional do jovem: o caso
da Região Metropolitana de Salvador**

SALVADOR

1999

LETÍCIA KOEPEL MENDONÇA

As transformações no mercado de trabalho e a inserção ocupacional do jovem: o caso da Região Metropolitana de Salvador

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Antônio Wilson Ferreira Menezes

SALVADOR

1999

“A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação com o passado público da época em que vivem.”

HOBBSBAWN, Eric. (1995, p. 13)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à todos que ao longo desta rica e nem sempre fácil vivência da faculdade, me ensinaram direta ou indiretamente, a importância de pensar o mundo e a si mesmo tanto com o cérebro como com o coração.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo abordar os efeitos das recentes mudanças do mercado de trabalho no processo de inserção ocupacional do jovem, captando a evolução desse processo para a Região Metropolitana de Salvador (RMS) nos últimos dez anos. Primeiramente, faz-se uma breve descrição das mudanças mais amplas registradas na economia mundial nas últimas três décadas, e seus principais reflexos sobre a organização do mercado de trabalho tanto nas economias avançadas como no Brasil. Expõe-se também a discussão sobre a necessidade de construção de novos indicadores de emprego e desemprego, então mais compatíveis com as recentes transformações do mercado de trabalho, ressaltando-se ainda as inovações contidas na proposta metodológica da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Em seguida, apresenta-se os impactos da desorganização do mercado de trabalho sobre a inserção ocupacional da população jovem, mais uma vez abordando suas manifestações tanto nos países avançados como no Brasil. Finalmente, analisa-se as mudanças no processo de inserção do jovem no mercado de trabalho da RMS, tomando como referência os últimos dez anos. Alguns dos principais resultados são ainda trazidos a uma breve discussão sobre o desenvolvimento de políticas públicas de emprego dirigidas para este grupo da população.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	8
1 INTRODUÇÃO.....	9
2... AS MUDANÇAS RECENTES NA ECONOMIA MUNDIAL E NO BRASIL E SEUS REFLEXOS NO MERCADO DE TRABALHO	13
2.1 AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA ECONOMIA E NO MERCADO DE TRABALHO MUNDIAL	13
2.2 OS REFLEXOS DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS NO MERCADO DE TRABALHO DOS PAÍSES AVANÇADOS.....	16
2.3 AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA ECONOMIA BRASILEIRA	19
2.4 OS REFLEXOS DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO.....	21
2.5 A INFORMALIDADE E O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO.....	23
2.6 PESQUISAS DE EMPREGO: METODOLOGIAS E ADAPTAÇÕES NACIONAIS.....	26
2.6.1 <i>Brasil: a adaptação de alguns conceitos.....</i>	<i>29</i>
2.6.2 <i>A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).....</i>	<i>32</i>
3 AS MUDANÇAS RECENTES NA INSERÇÃO DO JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO.....	35
3.1 CONCEITUANDO E CONTEXTUALIZANDO A INSERÇÃO OCUPACIONAL DOS JOVENS	35
3.2 O PADRÃO DE INSERÇÃO OCUPACIONAL DOS JOVENS NAS ECONOMIAS AVANÇADAS: SUA EVOLUÇÃO ATÉ O SEGUNDO PÓS-GUERRA.....	37
3.3 AS TRANSFORMAÇÕES PERCEBIDAS A PARTIR DA DÉCADA DE 80	39
3.3.1 <i>O crescimento do desemprego.....</i>	<i>40</i>
3.3.2 <i>Precariedade das ocupações e desassalariamento</i>	<i>42</i>
3.3.3 <i>O aumento da inatividade como desemprego disfarçado.....</i>	<i>43</i>
3.4 OS REFLEXOS DAS TRANSFORMAÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO SOBRE OS JOVENS BRASILEIROS	45
3.4.1 <i>O crescimento do desemprego.....</i>	<i>46</i>
3.4.2 <i>Precariedade das ocupações e desassalariamento</i>	<i>47</i>
3.4.3 <i>A inatividade</i>	<i>49</i>
4 AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO MERCADO DE TRABALHO DA RMS E A INSERÇÃO OCUPACIONAL DO JOVEM.....	51

4.1 PED/RMS: INFORMAÇÕES GERAIS E OPERACIONALIZAÇÃO DE CONCEITOS	51
4.2. AS MUDANÇAS RECENTES NO MERCADO DE TRABALHO DA RMS	54
4.2.1 <i>O mercado de trabalho da RMS: breve histórico e alguns aspectos gerais</i>	55
4.2.2 <i>O crescimento do desemprego</i>	56
4.2.3 <i>Ocupações</i>	58
4.2.4 <i>A queda nos rendimentos</i>	61
4.2.5 <i>Conclusões</i>	63
4.3 O JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO DA RMS	64
4.3.1 <i>Operacionalização Do Conceito De Jovem</i>	64
4.3.2 <i>Descrição da amostra</i>	64
4.3.3 <i>O crescimento do desemprego</i>	65
4.3.4 <i>Ocupações</i>	67
4.3.5 <i>A queda nos rendimentos</i>	71
4.3.6 <i>Conclusões</i>	74
5 CONCLUSÕES.....	755
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 1- TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO E DO EMPREGO	18
TABELA 2 - BRASIL - EVOLUÇÃO DA CONDIÇÃO OCUPACIONAL - 1940/1980/1989/1995.....	21
GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DAS TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE DESEMPREGO TOTAL E JUVENIL (15-24 ANOS) PARA 10 PAÍSES SELECIONADOS DA OCDE (EM %)	41
GRÁFICO 2 - BRASIL: EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE DESEMPREGO TOTAL E JUVENIL	47
GRÁFICO 3 - BRASIL: EVOLUÇÃO DA TAXA DE ASSALARIAMENTO DO JOVEM, 1980/97	48
GRÁFICO 4 - BRASIL: EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DA OCUPAÇÃO JUVENIL (10 A 24 ANOS) 1980/97	49
TABELA 3 - EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA SITUAÇÃO OCUPACIONAL DA PEA DA RMS - 1987/89 E 1996/98	57
TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO OCUPADA, POR SETOR DE ATIVIDADE RMS, 1987-89 E 1996-98.....	59
TABELA 5 - VARIAÇÃO DOS RENDIMENTOS REAIS MÉDIOS DA RMS - 1987/88 E 1996/98.....	62
TABELA 6 - TAXAS DE DESEMPREGO POR GRUPOS DE IDADE NA RMS	66
TABELA 7 – SITUAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO DO JOVEM NA RMS	66
TABELA 8 – POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DO JOVEM DA RMS.....	68
TABELA 9 - EVOLUÇÃO DO EMPREGO JUVENIL POR TAMANHO DA EMPRESA NA RMS	69
TABELA 10 – DISTRIBUIÇÃO DA PEA JOVEM DA RMS POR GRAUS DE ESCOLARIDADE E SITUAÇÃO DE OCUPADO	70
TABELA 11 - EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO JOVEM OCUPADA, POR SETOR DE ATIVIDADE RMS	71
TABELA 12 - VARIAÇÃO DOS RENDIMENTOS REAIS MÉDIOS DOS JOVENS DA RMS - 1987/88 E 1996/98	72

1 INTRODUÇÃO

As economias avançadas viveram anos de altas taxas de crescimento econômico e quase pleno emprego, nos trinta anos que sucederam a Segunda Grande Guerra. A construção de um Estado do Bem-Estar Social que por um lado, sustentava o nível de demanda via políticas públicas de cunho keynesiano, e que por outro lado, permitia que os ganhos de produtividade fossem incorporados aos salários via forte regulamentação pública da relação entre capital e trabalho, constituíam assim a base de um "ciclo virtuoso" de crescimento econômico e geração de bons empregos.

A partir dos anos 70 essa dinâmica é interrompida. Quedas nas taxas de crescimento econômico e altos índices de inflação sinalizam o esgotamento do modelo de acumulação até então vigente. Intensificam-se as formas de internacionalização da economia (ampliação dos fluxos comerciais e de capital), introduzem-se modificações na organização da produção (impulsionadas pelas novas tecnologias), ao mesmo tempo em que se acirra a concorrência intercapitalista com a desorganização dos antigos instrumentos nacionais e internacionais que a regulavam.

No mercado de trabalho, essas mudanças refletem-se em perda de importância da relação padrão de emprego (assalariada e regulada pela legislação trabalhista), tendo como principais contrapartidas o crescimento de relações de trabalho mais instáveis e precárias, o aumento do desemprego e o surgimento de formas mais complexas de sua manifestação.

No Brasil, o período 1930-80 marca um processo vigoroso de industrialização e de formação de um mercado de trabalho tipicamente capitalista no país. Apesar de algumas conquistas na área da proteção social ao trabalhador, não se observa a constituição em paralelo de um Estado do Bem-Estar Social, capaz de instituir uma regulação das relações capital e trabalho nos moldes e abrangência então alcançados pelos países avançados, ou ainda de atenuar o surgimento de toda uma economia informal com relevância na estrutura de ocupação da economia brasileira.

Com a crise da dívida nos anos 80 e a recessão econômica que se segue no país, assiste-se ao aumento do desemprego e à expansão das relações assalariadas mais precárias, além do agravamento da informalidade. Contudo, é mesmo a partir dos anos 90, com a adoção de um processo de reinserção internacional da economia brasileira pautado na órbita financeira e na abrupta e desplanejada abertura externa da economia do país, que os efeitos das transformações econômicas, já repercutindo sobre o mercado de trabalho nos países avançados desde meados dos anos 70, alcançam e se intensificam no Brasil, sendo captadas pelo incremento veloz das taxas de desemprego e o crescimento da informalidade nos últimos anos.

As transformações, acima descritas, e que se desenvolvem no âmbito mais geral do mercado de trabalho atual, atingem diferentemente segmentos específicos da oferta de trabalho, com seus efeitos negativos manifestando-se primeira e mais intensamente sobre aqueles cuja inserção ocupacional é mais frágil. Neste contexto, é que se insere a preocupação com a piora do processo de inserção ocupacional da população jovem.

Durante o período de quase pleno emprego nos países avançados, e com menor intensidade no Brasil durante o período de industrialização, a inserção ocupacional do jovem se caracterizava por taxas menores de desemprego, relativa facilidade na transição do sistema escolar para o sistema produtivo, acesso aos empregos regulares criados nessas economias, ou senão, por uma passagem em caráter temporário, por situações menos estáveis de emprego.

Desde as últimas duas décadas, para os países avançados, e agora mais intensamente nos anos 90, para o Brasil, este quadro apresenta significativas mudanças. No seu lugar observa-se para o grupo jovem uma transição da inatividade para a atividade produtiva caracterizada por maior instabilidade ocupacional (situações alternadas de desemprego e ocupação), precariedade nas condições e relações de trabalho (crescimento de contratos temporários ou em tempo parcial), menores oportunidades de mobilidade social (ampliação das ocupações de baixa qualificação e sem perspectivas de crescimento profissional) e ainda exclusão (ampliação do tempo de desemprego).

Com a finalidade de expor o agravamento da inserção ocupacional dos jovens, tendo como estudo de caso a análise deste fenômeno para o grupo jovem da Região Metropolitana de Salvador (RMS), o presente trabalho monográfico apresenta-se dividido em cinco capítulos, incluindo esta introdução, que consiste o primeiro deles.

No Capítulo 2, busca-se traçar um breve panorama das principais mudanças vivenciadas pela economia mundial, ao longo das três últimas décadas, e introduzidas mais intensamente no Brasil a partir dos anos 90. Desse contexto geral, segue-se a descrição dos efeitos dessas mudanças sobre a (des)organização do mercado de trabalho dos países avançados e do Brasil. O capítulo termina abordando uma discussão sobre a construção de novos indicadores de emprego e desemprego mais compatíveis com as recentes transformações do mercado de trabalho, privilegiando o caso das pesquisas de emprego e da realidade brasileiras. É também neste último trecho, que é apresentada ao leitor a fonte de informações a ser utilizada para o estudo do caso da RMS, justificando sua escolha.

No Capítulo 3, enfoca-se o impacto das transformações no mercado de trabalho, então descritas no Capítulo 2, sobre o segmento da população jovem. Faz-se assim uma descrição das mudanças recentes no processo de inserção ocupacional do jovem no mercado de trabalho destacando-se as suas formas de manifestação tanto nas economias avançadas como no Brasil.

Na seqüência, Capítulo 4, parte-se então para um estudo do processo de inserção ocupacional do jovem na Região Metropolitana de Salvador. Para cumprir este objetivo, o caminho escolhido inicia-se com uma breve exposição das principais mudanças vivenciadas pelo mercado de trabalho da Região, tendo como base a comparação de alguns resultados fornecidos pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/RMS) entre os períodos de 1987/89 e 1996/98. Em seguida, esta mesma fonte de dados é utilizada para analisar especificamente a evolução da situação ocupacional dos jovens de 15 a 24 anos da RMS, nos quase então últimos dez anos que separam estes dois períodos.

Finalmente, na Conclusão, são expostos alguns dos principais resultados identificados ao longo deste trabalho, enfatizando-se os aspectos mais relevantes da inserção ocupacional do jovem da Região Metropolitana de Salvador e inserindo-os dentro de uma discussão sobre o desenvolvimento de políticas públicas de emprego para os jovens no país.

2 AS MUDANÇAS RECENTES NA ECONOMIA MUNDIAL E NO BRASIL E SEUS REFLEXOS NO MERCADO DE TRABALHO

A inserção do jovem no mercado de trabalho deve ser entendida no contexto das mudanças mais amplas registradas na economia mundial nas últimas três décadas e seus principais reflexos sobre a organização do mercado de trabalho em geral. Assim, o pretendido neste capítulo é traçar um breve panorama dessas mudanças mais significativas, tanto no âmbito da economia mundial quanto mais especificamente no Brasil, inserindo-as dentro de uma seqüência histórica capaz de permitir uma melhor comparação e conseqüente percepção do caráter dessas transformações.

Na mesma linha, são ainda focalizados os efeitos dessas transformações sobre o comportamento do mercado de trabalho das economias avançadas e do Brasil, podendo-se destacar algumas coincidências e também especificidades com relação a esses dois mercados.

O capítulo termina abordando os reflexos das recentes transformações do mercado de trabalho, sobre a qualidade dos indicadores tradicionais de emprego e desemprego adotados pelas pesquisas nacionais que buscam descrever esses fenômenos. O enfoque é trazido para o caso das pesquisas de emprego brasileiras, discutindo-se suas diferenças metodológicas e capacidade de adaptação à realidade do mercado de trabalho do país.

2.1 AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA ECONOMIA E NO MERCADO DE TRABALHO MUNDIAL

Este final de século tem sido marcado por intensas transformações da ordem econômica mundial, das formas organizadas e das estruturas que sustentaram o capitalismo do segundo pós-guerra. Desde o final do conflito até meados dos anos 60, os regimes de acumulação de capital das economias nacionais encontravam-se articulados e subordinados

a um Estado regulador e voltado para o bem-estar social¹ - nos países do centro² - ou a um Estado desenvolvimentista e propulsor do crescimento econômico - nos países da periferia (Mattoso, 1996). O fortalecimento das negociações coletivas e o desenvolvimento de sistemas públicos de regulação das relações de trabalho, num ambiente de pleno emprego, formaram um padrão institucional de determinação dos salários, ocupações e regras de contratação, que permitiram uma certa estabilização e homogeneização³ dos empregos criados.

Esta forma mais rígida de organização do trabalho, conhecida como organização do tipo fordista, assegurou a conjugação entre crescentes ganhos de produtividade e o direito de incorporação de partes destes aos salários, gerando assim um "ciclo virtuoso", onde a expansão das normas de consumo e das normas de produção se autosustentavam. A sustentabilidade deste ciclo expressou-se nas elevadas taxas de crescimento econômico (de 4% a 6% ao ano), que acompanharam as economias centrais do pós-guerra até o início dos anos 70 (Lemos, 1993)⁴.

A partir deste período esta situação começou a se modificar. A organização fordista passou a apresentar sinais de esgotamento. As quedas de produtividade traduziram-se em pressões inflacionárias, alimentadas pelos mecanismos de regulação que asseguravam a reposição salarial. No cenário internacional acentuaram-se as formas de internacionalização das economias⁵ ao mesmo tempo em que se desorganizaram os antigos instrumentos nacionais e internacionais que regulavam as formas de concorrência intercapitalista. Esboçou-se assim, uma nova etapa do processo de acumulação de capital marcada por um contexto de

¹ Este modelo de estado ficou mais conhecido pela denominação de Estado do Bem-Estar Social caracterizando-se por conjugar políticas de promoção do pleno emprego com um padrão mínimo de proteção social à população.

² Os termos centro e periferia, repetidos ao longo desse trabalho, qualificam os países quanto a sua posição e papel na dinâmica mundial de acumulação de capital, diferentemente dos termos desenvolvidos (ou avançados) e subdesenvolvidos, também aqui utilizados, que qualificam os países quanto ao seu desempenho com relação à alguns índices de desenvolvimento sócio-econômico (renda per capita, taxa de mortalidade, etc.).

³ No sentido das condições de contratação e de proteção laboral.

⁴ O modelo fordista foi implantado com algumas modificações nas economias periféricas, como por exemplo, sem a constituição de um Estado-previdência e garantidor do consumo dos trabalhadores. Para maiores detalhes sobre o "fordismo periférico" ver também Lemos, 1993.

instabilidade econômica, baixas taxas de crescimento⁶, ampliação do fluxo internacional de capital e das inseguranças do mundo do trabalho.

O acirramento da concorrência no comércio internacional, a maior abertura das economias e o advento de novas tecnologias e métodos organizacionais, resultaram na adoção de novas estratégias competitivas por parte das empresas. No plano financeiro, optou-se por uma diversificação das oportunidades de valorização do capital nos mercados financeiros nacionais e internacionais aproveitando-se das altas taxas de juros oferecidas em algumas economias. Já no plano produtivo, inaugurou-se um novo processo de racionalização produtiva objetivando uma maior flexibilização na utilização do capital e do trabalho visando a reduzir custos, diminuir capacidade ociosa e adaptar melhor a produção às fortes variações no nível e composição da demanda (Dedecca, 1996a).

A racionalização produtiva volta-se para a obtenção de maior flexibilidade na utilização do capital e do trabalho. Do lado do capital, aparecem as tecnologias flexíveis e baseadas, sobretudo, na microeletrônica. Elas permitem que numa mesma linha de montagem sejam produzidos diferentes lotes de mercadorias adicionando assim, às economias de escala, a possibilidade de ganhos de economias de escopo. Conjuntamente à introdução dessas novas tecnologias, desenvolvem-se novos métodos de organização produtiva (Kanban, just-in-time, etc⁷.) e novas relações são estabelecidas ao longo da cadeia produtiva pela desverticalização das grandes plantas e externalização de partes de suas atividades. Dessa forma, vai se articulando a montagem de todo um sistema de subcontratação de produção e serviços envolvendo pequenas empresas e trabalhadores terceirizados.

Do lado da força de trabalho, a racionalização produtiva exige novas relações de trabalho, objetivando a flexibilização das formas de uso (flexibilização qualitativa) e contratação da mão-de-obra (flexibilização quantitativa). As empresas buscam flexibilizar o uso do

⁵ Abertura das economias ao capital produtivo e financeiro internacional, crescimento acelerado do comércio internacional e do comércio intrafirmas, etc. (Coutinho, 1997).

⁶ Segundo dados da OCDE, apud Dedecca 1996a, as taxas anuais de crescimento das economias desenvolvidas, ao longo dos anos 90, têm ficado em torno de 1% a 2,5%, com exceção dos EUA que vem sustentando taxas mais elevadas de 3% a 4%.

⁷ Sobre esses novos métodos de organização ver Coriat (1993).

trabalho pela recomposição do seu poder de determinação da estrutura de ocupações e pelo desenvolvimento da polivalência do empregado, traduzindo-se na intensificação das atividades por este realizadas. Já a flexibilização das formas de contratação, incidem sobre as relações de trabalho via crescente individualização das formas de remuneração⁸, a implantação de jornadas de trabalho modulares⁹ e a disseminação de contratos temporários e parciais. Dessa forma as empresas adquirem a possibilidade de variação do número de empregados a baixo custo (sobretudo dos relativos a encargos sociais¹⁰) e segundo as flutuações de seu nível de demanda, num cenário agora não mais de pleno emprego.

A flexibilização das relações de trabalho manifestam-se ainda diferentemente nos diversos segmentos do mercado de trabalho. Para os trabalhadores menos qualificados são preferencialmente adotados os contratos por tempo determinado ou parcial. Todavia, para os trabalhadores mais qualificados, as empresas lançam mão de mecanismos de incentivo para que parte destes trabalhadores demitam-se e formem microempresas prestadoras de serviços ao seu antigo empregador (Dedecca, 1996a).

2.2 OS REFLEXOS DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS NO MERCADO DE TRABALHO DOS PAÍSES AVANÇADOS

Nas economias avançadas, os efeitos sobre o mercado de trabalho, em virtude do desenvolvimento dessa nova racionalidade econômica, têm resultado no rompimento da forma de estruturação mais homogênea¹¹ das relações de trabalho, predominante desde o segundo pós-guerra. A crescente participação das relações de trabalho estáveis tinha sido fruto da elevação dos níveis de emprego provocada pelo período de crescimento

⁸ Com base em critérios mais vinculados a diversos aspectos da performance individual do trabalhador e/ou do grupo de trabalho que participa.

⁹ Que passa a ser definida em termos mensais ou semanais e não mais diários.

¹⁰ Conforme ressalta Borges (1993), o papel estratégico assumido pela variável custo no atual momento da competição intercapitalista, tem levado a uma visão estritamente econômica dos encargos sociais obscurecendo o seu conteúdo de desenvolvimento e proteção social.

¹¹ Os termos heterogêneo e homogêneo quando aqui empregados em qualificação às relações de trabalho, enfocam mais precisamente às conquistas do âmbito político, de construção de leis gerais de proteção ao trabalho. Já quando empregados em relação a conformação do mercado de trabalho, estes mesmos termos enfocam aspectos de âmbito mais econômico e do desenvolvimento das relações tipicamente capitalistas de produção, baseadas predominantemente no trabalho assalariado.

econômico assim como da existência de mecanismos que impediam a contratação da força de trabalho em condições particulares e específicas (Dedecca, 1996a).

O Estado do Bem-Estar Social sustentava-se nas diversas políticas keynesianas de gastos públicos para manutenção do nível da demanda e nas negociações coletivas que definiam uma classificação de ocupações básicas assim como um piso salarial indexado aos incrementos de produtividade e às variações de preços, e limites para as diferenças salariais das ocupações. Esta combinação resultou numa configuração relativamente mais homogênea das relações de trabalho nas economias avançadas. A vigência de uma política econômica comprometida com a busca pelo pleno emprego, de políticas públicas sociais (como por exemplo a que instituiu o seguro-desemprego), e uma situação de regulação pública da concorrência capitalista, impedia um processo de informalização das relações de trabalho nos momentos de queda conjuntural do nível de atividade produtiva ao mesmo tempo que fazia com que o progresso tecnológico não provocasse maior desemprego (Baltar *et alii*.1997).

A partir do início da década de 70, os primeiros sinais da crise do modelo fordista e a queda das taxas de crescimento, fazem com que a desregulamentação das economias nacionais e da concorrência internacional passem a contextualizar uma nova etapa do processo de acumulação de capital. A crise do modo de acumulação vigente, inclusive a reestruturação produtiva¹² e do próprio Estado do Bem-Estar Social, vão repercutir no mercado de trabalho das economias avançadas pela perda de importância das relações padrão de emprego, pelo crescimento de relações de trabalho mais heterogêneas (novas formas de remuneração, sistemas de jornada mais flexíveis, individualização dos contratos de trabalho, contratos por tempo determinado ou parcial) com conseqüente crescimento das ocupações precárias e surgimento de novas modalidades de desemprego.

O aumento qualitativo do desemprego é agravado num contexto atual de discrepância entre a evolução do produto e da ocupação observada para os principais países avançados (conforme Tabela 1 abaixo). Dessa forma tem-se ao longo dos anos um crescimento de um

¹² Termo utilizado aqui como sinônimo do processo de racionalização produtiva.

tipo de desemprego constituído de indivíduos que não foram incorporados ao mercado de trabalho (problema do primeiro emprego) ou que o foram apenas precariamente (Dedecca, 1996a)

**Tabela 1- Taxas anuais de crescimento do Produto Interno Bruto e do emprego
Países Seleccionados, 1990-1996 (%)**

		1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996(1)
EUA	PIB	1,2	-0,6	2,6	3,0	4,0	2,0	2,3
	Emprego	-0,9	0,6	0,6	1,5	3,2	1,6	1,0
Alemanha	PIB	5,7	5,0	2,1	-1,3	1,8	1,9	0,5
	Emprego	3,0	2,5	-1,7	-1,9	-1,8	-0,2	-0,9
Suécia	PIB	1,4	-1,1	-1,9	-2,1	2,7	3,0	1,5
	Emprego	0,9	-1,7	-4,1	-5,3	-0,7	1,6	0,3
Reino Unido	PIB	0,4	-2,0	-0,6	1,9	2,8	2,4	2,0
	Emprego	0,4	-3,1	-2,7	-1,3	1,2	0,6	0,3
França	PIB	2,5	0,8	1,2	-0,9	1,8	2,2	1,0
	Emprego	1,0	0,0	-0,8	-1,2	-0,4	1,1	-0,3
Itália	PIB	2,1	1,2	0,7	-0,7	1,5	3,0	1,7
	Emprego	1,8	0,9	-0,6	-4,8	-1,6	-0,6	0,2
Japão	PIB	4,8	4,1	1,1	0,1	0,8	0,9	2,2
	Emprego	1,9	1,1	1,1	0,2	0,3	0,1	0,1

Fonte: OCDE apud Dedecca 1997 p.180

(1) Estimativas

Além disso, a ampliação da heterogeneidade das formas de contrato do trabalho (contrato indeterminado e parcial) levou a uma correspondente heterogeneidade das formas de captação do fenómeno do desemprego. Além do crescimento do desemprego de longa duração, muitas vezes ocultado por um retorno involuntário à inatividade sobretudo de jovens e mulheres, ganha espaço um tipo de desemprego frequentemente ocultado pela subutilização da capacidade de trabalho. É o caso do significativo número de trabalhadores em tempo parcial que se encontram nesta condição de maneira involuntária, pois que prefeririam empregos regulares, isto é, mais estáveis (Borges, 1993).

A crescente complexidade das situações de trabalho nas economias avançadas levou ao questionamento do método tradicionalmente utilizado para a medição do desemprego, anteriormente muito restrito às taxas de desemprego aberto (indivíduo com procura ativa por trabalho e que não tenha exercitado qualquer atividade remunerada no período de referência da pesquisa) e onde o foco recai mais sobre os indivíduos que foram expulsos de atividades extintas em decorrência da transformação produtiva. O crescimento da heterogeneidade das formas de ocupação têm revelado a necessidade de se considerar formas de contratação mais precárias (contratos parciais e por tempo determinado, por exemplo) para a captação do fenômeno do desemprego (ver discussão sobre metodologia de pesquisas de emprego na seção 2.6).

Nos países da periferia, devido à maior heterogeneidade da conformação do mercado de trabalho, com peso elevado da informalidade, as transformações no mercado de trabalho têm assumido contornos específicos. É o que se apresenta a seguir com o caso brasileiro.

2.3 AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA ECONOMIA BRASILEIRA

Após a crise da dívida externa que marcou o país durante os anos 80, o Brasil iniciou um processo de reinserção internacional através da órbita financeira, e da abrupta abertura externa da economia do país nos anos 90 (Dedecca, 1996a). A política comercial de abertura da economia, iniciada no governo Collor em 1990, sem a contrapartida de uma clara política de reestruturação industrial e de um novo modelo de desenvolvimento, colocou o país em maior exposição à competição estrangeira com efeitos significativos sobre a estrutura da produção. A concorrência de produtos importados levou à quebra de alguns setores mais frágeis da cadeia produtiva¹³ ao mesmo tempo que impôs às empresas sobreviventes uma reestruturação de suas formas de produção (Mattoso, 1996).

Esse processo de reestruturação é posteriormente reforçado pelo programa de estabilização econômica adotado a partir de 1994. O Plano Real, ao promover uma sobrevalorização da moeda nacional (aumentando a competitividade dos produtos importados) e manter

elevadas as taxas de juros do mercado doméstico (desestimulando os investimentos produtivos e de longo prazo), acentuou a reestruturação econômica impondo à variável custo um papel estratégico na competição capitalista.

Aberta a economia brasileira e reduzidas as regulações setoriais e nacionais da cadeia produtiva, sem a contrapartida de uma política nacional que reorientasse esse novo processo de inserção internacional, as estratégias empresariais tenderam a privilegiar o curto prazo e desenvolver competitividade com base em fatores de custo e preço (competitividade predatória) em detrimento de produtividade e de fatores sistêmicos¹⁴ (competitividade de alta performance). Dentro desta alternativa predatória, a competitividade tem sido construída predominantemente sobre a base da redução dos salários, ampliação do desemprego, precarização das condições e relações de trabalho, ampliação da jornada de trabalho e aumento da desigualdade social (Mattoso, 1996).

Sob esta lógica competitiva, as estratégias empresariais são conduzidas em dois sentidos. Por um lado, buscam externalizar custos e parcelas menos rentáveis da produção para empresários terceirizados ou para empresas menores e que contratam em condições mais precárias. De outro lado, as empresas tendem a internalizar inovações tecnológicas e organizacionais que resultam em cortes de pessoal, elevação da jornada de trabalho e individualização das regras de formação dos salários (Mattoso, 1996).

Assim, a racionalização produtiva, em curso no país, implica num forte movimento de desverticalização e terceirização de processos juntamente com importantes medidas no sentido de maior flexibilização das relações de trabalho. Estas transformações, diante de um quadro de baixo crescimento da economia nacional, acabaram repercutindo no mercado de trabalho pela elevação das taxas de desemprego, pelo desassalariamento (perda de participação relativa dos empregos assalariados no total da ocupação) e pela geração de postos de trabalho precários (Pochmann, 1998a).

¹³ Como exemplos, a indústria têxtil e de confecções, a indústria de brinquedos, a indústria de autopeças.

¹⁴ Incluindo-se aqui dimensões que extrapolam o nível das empresas, tais como condições de infra-estrutura, tratamento fiscal e financiamento (Coutinho, 1997).

2.4 OS REFLEXOS DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

No Brasil, o vigoroso ciclo de industrialização nacional do período 1930-80, refletiu-se num forte movimento de estruturação do mercado de trabalho brasileiro, expresso através da ampliação dos empregos assalariados, sobretudo aqueles com registro formal, e a redução da participação relativa das ocupações sem registro, sem remuneração, por conta-própria e ainda do desemprego (Tabela 2).

Tabela 2 - Brasil - Evolução da condição ocupacional - 1940/1980/1989/1995

Condição de Ocupação	1940	1980	1989	1995**
Empregador	2,3%	3,1%	4,2%	3,9%
Conta-própria	29,8%	22,1%	21,2%	22,4%
Sem Remuneração	19,6%	9,2%	7,6%	9,0%
Assalariado	42,0%	62,8%	64,0%	58,2%
<i>Com Registro</i>	12,1%	49,2%	38,3%	30,9%
<i>Sem Registro</i>	29,9%	13,6%	25,7%	27,3%
Desempregado	6,3%	2,8%	3,0%	6,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos e Estatísticas Históricas do Brasil, MTB apud Pochmann, 1996.

** Exclui o conjunto de pessoas não remuneradas com menos de 15 horas semanais de trabalho e os ocupados em autoconsumo.

Além dos fatores de ordem econômica, a dinâmica do mercado de trabalho neste período foi influenciada por conquistas de ordem política. Paralelamente ao desenvolvimento da indústria nacional, que proporcionava o aumento contínuo e quantitativo das ocupações, concretizou-se a institucionalização das relações de trabalho, com a implementação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) em 1943¹⁵, proporcionando a regulação qualitativa dos empregos gerados (Pochmann, 1996).

Apesar desse forte movimento de estruturação do mercado de trabalho em torno de empregos assalariados formais, a limitação do processo de industrialização brasileira não

permitiu que este movimento resultasse na homogeneização da estrutura ocupacional (tanto do ponto de vista das formas de trabalho como do padrão de remuneração) tal qual verificada nos países centrais do capitalismo. No assim constituído mercado de trabalho brasileiro, a linha divisória entre o emprego e o desemprego nunca foi muito clara, havendo sempre uma grande variedade de situações intermediárias. Mais precisamente, permaneciam aqui os problemas tradicionais das economias subdesenvolvidas: informalidade, subemprego, baixos salários e desigualdades de rendimentos.

Já na década de 80, a estagnação econômica e a elevada inflação vinham produzindo efeitos sobre o mercado de trabalho quer pela queda do poder de compra dos salários, quer pela elevação da participação dos trabalhadores sem contrato de trabalho. Durante este mesmo período, o ajuste das empresas brasileiras, que contavam ainda com um mercado interno protegido, foi em grande parte viabilizado pelo processo inflacionário. As transferências de renda do trabalho para o capital evitaram o desemprego massivo e a necessidade de mudanças radicais nos padrões de contratação de mão-de-obra (Borges, 1995).

De outro lado, por conta dos condicionantes externos (crise da dívida externa) o país manteve um programa exportador e, ao mesmo tempo, de substituição de importações, o que impediu a queda acentuada da geração de postos de trabalho (Pochmann, 1996). Além disso, tanto o aumento do emprego no setor público quanto o crescimento mais lento da população urbana, comparado à década de 70, contribuíram para frear os efeitos recessivos sobre o mercado de trabalho na década de 80.

Mesmo assim, observa-se na década de 80 o rompimento com a tendência de estruturação do mercado de trabalho iniciada ainda nos anos 30. De volta à Tabela 2, a comparação dos dados entre os anos de 1980 e 1989 revela a manutenção da taxa de assalariamento ao longo dos anos 80, embora não mais se observe a expansão de sua participação entre o total dos ocupados. As mudanças mais significativas se dão através do aumento do

¹⁵ Um breve histórico da evolução da legislação trabalhista no Brasil encontra-se em Barbosa & Moretto,

desemprego e da piora da qualidade dos empregos assalariados gerados, confirmada pelo crescimento acentuado dos assalariados sem registro.

Finalmente nos anos 90, os sinais de desestruturação do mercado de trabalho tornaram-se mais evidentes. As difíceis condições do mercado de trabalho foram agravadas. À lenta recuperação das atividades produtivas vieram somar-se o desmonte do Estado e das políticas públicas, e sobretudo, a súbita abertura da economia à concorrência internacional. A intensa transformação da estrutura produtiva que se seguiu a este novo contexto teve como conseqüências marcantes um aumento expressivo do desemprego e um movimento de desassalariamento, isto é, de perda da participação relativa dos assalariados entre os ocupados, com o crescimento dos ocupados sem remuneração e os trabalhadores por conta-própria (conforme registram os dados da Tabela 2 entre os anos 1989 e 1995).

2.5 A INFORMALIDADE E O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

O fenômeno de desassalariamento tem como contrapartida o crescimento da informalidade. Esta última identificada com o segmento da estrutura produtiva organizada sob a forma de pequena produção, com uma baixa estruturação do negócio e constituída tipicamente por aqueles que trabalham por conta-própria e pelos pequenos produtores. Característico das atividades informais é a forma não-capitalista de organização da sua produção, observando-se a separação pouco nítida entre trabalho e gestão e uma racionalidade econômica voltada para a busca de uma maximização do fluxo de renda que permita a reprodução do dono do negócio e seu núcleo familiar, ao invés de um processo de acumulação e busca de taxas de retorno competitivas (Cacciamali, 1989)¹⁶.

1998.

¹⁶ Neste mesmo trabalho, a autora apresenta um maior detalhamento do conceito de informalidade, diferenciando-o de uma mera identificação com o assalariamento sem registro em carteira, este último entendido como mais próximo das características do mercado de trabalho secundário do que do segmento da pequena produção.

O baixo grau de assalariamento do mercado de trabalho brasileiro (cerca de 60% da população ocupada no país contra quase 80% nos países avançados) sempre fizeram do setor informal um segmento expressivo e característico da estrutura ocupacional do país.

Nos países avançados, a existência de um Estado do Bem-Estar no segundo pós-guerra impediu, com os mecanismos de seguridade social, que a informalidade se expandisse nos períodos de queda da atividade econômica e crescimento do desemprego (ver 2.1 e 2.2). No Brasil, assim como em outras economias periféricas, a insuficiência e o relativo atraso com que se deu o desenvolvimento desses instrumentos de proteção, tornou a situação de desemprego aberto obrigatoriamente transitória. A inexistência de renda em nível suficiente para financiar um período de espera por uma nova oportunidade de ocupação no mercado formal levou forçosamente à procura de uma alternativa ocupacional no setor informal.

Até os anos 70 o setor informal aparecia como fruto do descompasso entre a criação de empregos pelo setor formal e o crescimento da oferta de mão-de-obra, num contexto de elevado crescimento vegetativo da população em idade ativa e intenso movimento de migração. Dentro do vigoroso processo de crescimento econômico que marcou a década de 70, a informalidade era percebida como fenômeno transitório, cumprindo um papel de porta de entrada para a força de trabalho desprovida de uma tradição de assalariamento e que encontrava no setor informal, um espaço de adaptação para uma futura inserção assalariada (Baltar *et alii*. 1997).

Durante a recessão dos anos 80 essa dinâmica é rompida. Com a crise econômica, o setor formal diminui postos de trabalho, deslocando trabalhadores para a informalidade e transformando-a por um lado, em situação definitiva para muitos trabalhadores sem qualificação ou, por outro, numa alternativa de ocupação para assalariados desempregados pelo setor organizado. Enfim, a informalidade passou de estratégia absorvedora de novos contingentes de mão-de-obra que chega à cidade, até a década de 70, para absorvedora de trabalhadores desempregados pelo mercado de trabalho formalizado, na década de 80. É portanto a partir deste último período, que o problema do desemprego se agravou no país,

ganhando impulso as propostas de criação de mecanismos de proteção social ao trabalhador desempregado e que culminam na instituição do seguro-desemprego em 1986.

Na década de 90, a inter-relação entre o setor formal e informal ganhou novos contornos. Ao lento crescimento da economia e à incapacidade de gerar postos de trabalho nos setores mais modernos, vem somar-se um intenso processo de racionalização produtiva por parte das empresas. A partir de então, as atividades informais não somente receberam os trabalhadores desempregados pelos setores modernos em seu movimento de racionalização produtiva, mas também foram utilizadas e incorporadas ao ciclo produtivo deste último. Através da desverticalização das grandes plantas e externalização de partes de suas atividades, estruturou-se todo um sistema de subcontratação de produção e serviços, envolvendo as atividades informais, tornando mais complexas as relações entre o setor formal e o informal no interior da própria cadeia produtiva (Dedecca & Baltar, 1997).

Na afirmação de Leite (apud, Baltar *et alli*, 1997, p.17):

"A informalidade tem avançado rapidamente, tendo sua velocidade aumentada a partir da implantação de políticas de abertura econômica que nosso governo tem adotado, que não somente desarticulam a base produtiva existente, impondo contrações abruptas da base trabalho assalariado, como permitem que o setor organizado arme uma rede de relações com o setor informal beneficiando-se da não-regulamentação desses negócios."

O significativo peso da informalidade assim como a crescente precarização das situações de trabalho no Brasil, fomentaram o debate sobre a necessidade de adaptações nas metodologias utilizadas pelas pesquisas que buscam medir o desemprego no país. Diante de um mercado de trabalho bastante heterogêneo, marcado pela insuficiência dos mecanismos de proteção ao desemprego e de intermediação de mão-de-obra, a possibilidade de um indivíduo manter-se apenas procurando emprego, sem o exercício concomitante de algum trabalho precário que o permita aferir renda, é limitada. Dessa forma, o fenômeno do desemprego poderia ser subestimado ao privilegiar apenas a situação de não ocupação, não considerando os indivíduos que procuram trabalho e exerçam em paralelo atividades precárias.

Estas considerações, tornam-se ainda mais relevantes num período em que a escassez de postos de trabalho aumenta o tempo de espera por uma nova oportunidade de inserção regular, ou ainda, torna as formas mais estáveis de inserção particularmente difíceis para alguns segmentos mais frágeis da população, caracterizando-se assim, um processo de marginalização de certos grupos.

O reflexo dessas colocações sobre o desenvolvimento de metodologias das pesquisas de emprego que buscam coletar informações sobre o mercado de trabalho no país, será objeto do próximo item.

2.6 PESQUISAS DE EMPREGO: METODOLOGIAS E ADAPTAÇÕES NACIONAIS

A produção mundial de informações sobre o mercado de trabalho nos vários países baseia-se, quase sempre, nos parâmetros estabelecidos pelas Recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT)¹⁷ de forma a garantir comparabilidade internacional às estatísticas produzidas (Brandão; Hoffmann, 1996). Os vários critérios utilizados na construção dos indicadores do comportamento do mercado de trabalho, como por exemplo o indicador de desemprego, não são fixos nem imutáveis mas sujeitos a redefinições e aprimoramentos à medida que não conseguem mais dar conta da realidade que buscam analisar.

Ante as intensas transformações por que vem passando o mercado de trabalho nas últimas três décadas, acentuou-se a busca por metodologias de pesquisa capazes de captar os fenômenos de desemprego, ocupação e inatividade num cenário diferente da economia de quase pleno-emprego, nos países avançados no segundo pós guerra, ou das políticas de industrialização nacional em vários países subdesenvolvidos como o Brasil. Conforme sintetiza Dedecca (1996b, p.19-20);

"O empenho em construir novos indicadores - seja nos países desenvolvidos, seja nos países em desenvolvimento - decorre do reconhecimento das novas condições de funcionamento dos mercados de trabalho urbanos, em que ressaltam não somente uma participação progressivamente mais baixa do assalariamento protegido¹⁸, mas uma probabilidade temporalmente decrescente de reemprego que tem se traduzido em um crescimento do tempo médio de desemprego em todos os países. As novas condições de trabalho tornam, portanto, o desemprego um fenômeno mais complexo, que foge cada vez mais dos critérios internacionais adotados tradicionalmente, formulados a partir das diretrizes propostas pela Organização Internacional do Trabalho durante os anos 50/70¹⁹. Estas novas condições dinâmicas do mercado de trabalho foram, inclusive, analisadas na XIII Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho da OIT em 1982, (...), onde se afirma a impossibilidade de manter a visão sobre a organização do mercado de trabalho construída nos anos de prosperidade e pleno emprego."

Na XIII Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho, realizada em 1982 e cujas recomendações são ainda hoje vigentes, houve alguns avanços no tocante ao reconhecimento da necessidade de produção de estatísticas mais próximas das especificidades dos mercados de trabalho nacionais. Nesta mesma Conferência, abriu-se a possibilidade de adoção de um critério mais abrangente para o período de procura na medição do desemprego - não mais limitado a semana de referência como ditavam recomendações da VIII Conferência em 1954 – assim como a possibilidade de construção de outros indicadores de desemprego, como por exemplo o caracterizado pela situação de desalento²⁰ (Dedecca, 1996b).

Essa redefinição com relação a mensuração do desemprego foi especialmente importante para as economias de mercados de trabalho menos estruturados. Se a tradicional medida de

¹⁷ A OIT foi criada em 1918, pelo Tratado de Versalhes, logo após a Primeira Guerra e posteriormente anexada como organismo da Organização das Nações Unidas (ONU).

¹⁸ Segundo o autor, protegida no sentido de relações assalariadas reguladas pela legislação trabalhista.

¹⁹ Conforme as resoluções da VIII Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho, realizada em 1954.

²⁰ "Identificados como trabalhadores desencorajados, subconjunto da população que, embora sem trabalho e com disponibilidade para trabalhar, não havia procurado trabalho por considerar que inexistem postos para os quais possa se oferecer ou por razões pessoais." (Brandão; Hoffmann 1996, p.14).

desemprego (a taxa de desemprego aberto²¹) apenas recentemente tem perdido capacidade de mensuração do fenômeno da desocupação nos países desenvolvidos (face ao crescimento da heterogeneidade das relações de trabalho), seu poder explicativo nos países subdesenvolvidos é historicamente reduzido (Dedecca, 1996b). Para estes países, a participação limitada do assalariamento na estrutura ocupacional, persistindo situações ocupacionais mais heterogêneas, torna menos visível o desemprego pelo indicador tradicional simplesmente pelo fato de ser menos objetiva a procura de trabalho para as pessoas que trabalham ou trabalhavam por conta própria, comparativamente à procura de trabalho por indivíduos assalariados.

Somando-se a isso, também nos países subdesenvolvidos as políticas de proteção à situação de desemprego mostraram-se, quando não inexistentes, bastante incipientes, exigindo do desempregado a conjugação da procura de emprego com a realização, em paralelo, de alguma atividade precária (descontínua e irregular²²) capaz de garantir-lhe o financiamento da própria busca de trabalho. Essas atividades precárias, quando indistintamente classificadas como ocupação, acabavam por levar a uma subestimação do desemprego, considerando ocupados indivíduos em uma situação de desemprego ocultada então pela realização de uma atividade ocasional (desemprego oculto por trabalho precário).

À maior heterogeneidade do mercado de trabalho correspondem novas tipologias e manifestações de situações de desemprego. Nesse sentido, a construção de indicadores complementares ao de desemprego aberto dedica-se a um exame apurado também da natureza do trabalho exercido, adicionalmente às motivações para a procura de trabalho.

O rigor desta análise é ainda especialmente importante em economias com elevado grau de informalidade. Nestas, a classificação da situação de trabalho tem o papel de distinguir o exercício de atividades irregulares (que ocultam portanto uma forma de desemprego) do

²¹ Definida pela situação individual caracterizada pela procura de trabalho, pela disponibilidade total de se empregar e pelo não exercício de qualquer atividade remunerada nos últimos sete dias.

²² Isto é, sem fornecer algum tipo de garantia ou previsibilidade de continuidade do trabalho atual ou de um próximo trabalho quando terminar aquele que realiza.

exercício de ocupações no setor informal, onde a baixa estruturação dos negócios não impede uma regularidade das atividades que o compõem (Dedecca, 1996b)

2.6.1 Brasil: a adaptação de alguns conceitos

A percepção de especificidades no funcionamento dos mercados de trabalho nacionais, resultou na adoção crítica das metodologias de pesquisas de emprego inspiradas nos mercados de trabalho mais homogêneos e estruturados, prevalecentes nas economias desenvolvidas nos anos de quase pleno-emprego. No Brasil, o debate em torno da necessidade de algumas adaptações limita-se, inicialmente, à definição do período de procura por trabalho e da idade mínima para ingresso na população em idade ativa (PIA), conceitos estes importantes para a construção e comparação dos indicadores do mercado de trabalho (Dedecca, 1996b). Já nos anos 80, com o agravamento do desemprego no país, esse debate evolui para o questionamento do próprio conceito de desemprego, culminando com a criação, em 1984, de uma nova pesquisa de emprego no país, a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)²³.

A definição do critério de idade mínima é importante para delimitação da extensão da força de trabalho a ser considerada como potencialmente disponível ao mercado de trabalho. Em termos da produção de informações estatísticas, significa estabelecer a partir de que faixa etária serão captadas e consideradas informações quanto à condição de atividade, isto é, situação de ocupação, desocupação ou inatividade²⁴ que constituirão a base para analisar a dinâmica do mercado de trabalho do país.

²³ A PED surgiu inicialmente captando informações do mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo, através de um convênio firmado entre a SEADE, órgão do Governo do Estado de São Paulo, e o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos), em 1984. Posteriormente, esta mesma pesquisa foi introduzida através de variadas parcerias, em outras regiões metropolitanas do país, estando hoje presente em Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília e Recife (Fundação SEADE, 1995).

²⁴ Identificada pela situação em que o indivíduo embora em idade ativa, não se encontra na condição quer de ocupado quer de desempregado, ou seja, não possui e nem está a procura de trabalho.

O critério para se definir idade ativa é arbitrário, variando entre países. No Brasil, devido à incidência ainda elevada do trabalho infantil²⁵, as discussões se situaram em torno da adoção do critério de 10 anos como limite mínimo para a idade ativa. Em grande parte dos países desenvolvidos esta faixa etária sobe para 15 anos, coincidindo com o fim do ensino básico obrigatório. Sendo assim, as estatísticas de emprego no Brasil deveriam captar informações de uma população mais ampla e compatível com a realidade do país. Esses resultados, quando divulgados apenas para faixas etárias de 15 anos manteriam ao mesmo tempo uma comparabilidade internacional.

Vale aqui ressaltar que, a partir do conceito de PIA deriva-se outro conceito relevante para a análise do mercado de trabalho e a ser utilizado com frequência em partes posteriores deste estudo. Trata-se do conceito de população economicamente ativa (PEA), constituída por aqueles indivíduos em idade ativa que se encontram na condição de ocupado ou desempregado, ou em outras palavras, corresponde à população que representa a força de trabalho efetivamente disponível e pressionando o mercado de trabalho.

Com relação à segunda definição relevante, a do tempo de procura, este critério adquire importância como definidor da condição de um indivíduo seja como desempregado (procura ativa por trabalho dentro do período considerado como referência), seja como inativo (desocupado sem procura ativa por trabalho no mesmo período). A adoção de um período de referência limitado aos 7 dias anteriores a realização da pesquisa, embora compatível com a realidade dos países avançados nos anos de pleno-emprego, demonstra-se restrito para captar a dinâmica de um mercado de trabalho onde são mais reduzidas as perspectivas de reemprego assim como também onde os mecanismos de proteção ao desemprego e intermediação de mão-de-obra são ainda incipientes. Neste contexto, a falta de informações sobre a oferta de vagas disponíveis no sistema produtivo tende a tornar as perspectivas de reemprego mais limitadas levando a uma interrupção no processo de procura por um período superior a uma semana. Ou ainda, uma interrupção mais longa da procura por trabalho, costuma esconder a necessidade do exercício de alguma atividade

²⁵ Para um resumo de informações mais recentes sobre o trabalho infantil no Brasil ver Azevedo *et alii*, 1999.

precária e irregular por algum período que permita financiar uma posterior dedicação exclusiva à procura de trabalho.

Finalmente, baseadas nestas duas últimas colocações (a interrupção mais prolongada da procura por emprego e o exercício de alguma atividade precária e irregular) entra em questionamento a própria definição de desemprego. Em um mercado heterogêneo e sem um sistema efetivo de proteção social ao trabalhador desempregado, como o brasileiro, pode haver uma situação de desemprego mesmo quando o trabalhador, por questão de sobrevivência, mantém paralelamente à procura de ocupação o exercício de um trabalho ocasional (desemprego oculto por trabalho precário). Ou ainda, situações de desemprego sem manifestação de procura de trabalho por um período mais longo devido a desestímulos provenientes do próprio mercado de trabalho (desemprego oculto por desalento).

Assim, ao longo do processo de consolidação das pesquisas nacionais de emprego no Brasil, os critérios para operacionalização das mesmas, embora inspirados nos mercados de trabalho dos países desenvolvidos, foram aqui introduzidos em meio a discussões no sentido de considerar como força de trabalho um segmento mais extenso da população, um período de procura por trabalho mais amplo²⁶ e, mais recentemente, outras formas de desemprego distintas da tradicional medida de desemprego aberto.

Estas adaptações à realidade nacional, entretanto, se deram com significativas diferenças metodológicas entre as pesquisas importantes que captam informações sobre o mercado de trabalho no país. A Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD), a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), ambas produzidas pelo IBGE²⁷, e a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada por distintos órgãos em várias regiões metropolitanas do país mas utilizando a mesma metodologia desenvolvida pela fundação SEADE e o DIEESE, apresentam critérios diferentes para a medição do desemprego produzindo resultados distintos com relação ao comportamento deste fenômeno no mercado de trabalho brasileiro.

²⁶ Este período mais amplo tende a ser definido como 30 dias com a coleta de informações também contemplando a procura de emprego nos 7 dias no propósito de manter a comparabilidade internacional das estatísticas sobre o mercado de trabalho.

²⁷ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Com relação aos critérios tratados anteriormente, a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) capta informações sobre a população a partir de 10 anos e divulga duas taxas de desemprego aberto, uma para as pessoas sem trabalho que tenham tomado alguma providência de procura de trabalho nos últimos sete dias, e outra para as pessoas nesta mesma situação tendo como referência os últimos 365 dias. Com relação a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), as informações são divulgadas e calculadas para a população a partir de 15 anos de idade e a taxa de desemprego aberto de 30 dias tem uma divulgação restrita pois que não é compatível com outros indicadores produzidos pela mesma pesquisa (como por exemplo, o desemprego por sexo). Já a PED tem como limite da PIA a população de 10 anos e os trinta dias como período de procura para a taxa de desemprego aberto, além de incluir mais duas outras formas de desemprego que não apresentam correspondência com as duas pesquisas citadas anteriormente²⁸.

Face à complexidade das formas de desemprego num mercado de trabalho com uma elevada heterogeneidade e que se acentua diante das recentes transformações, a PED, ao construir indicadores de desemprego complementares à tradicional taxa de desemprego aberto, apresenta assim uma metodologia voltada para mensuração de importantes aspectos da realidade do mercado de trabalho nacional. Este será o foco do item a seguir.

2.6.2 A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)

Apresenta-se aqui, alguns aspectos metodológicos da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) capazes de contextualizá-la, a nível da produção de informações sobre o mercado de trabalho, e de possibilitar comparações com as demais fontes de dados de âmbito nacional e internacional. Os aspectos metodológicos da PED serão retomados, de forma ainda mais detalhada, no capítulo 4 deste trabalho.

²⁸ Cabe ressaltar que a PME passa atualmente por modificações de sua metodologia no sentido de ampliar a idade mínima para a divulgação dos dados para 10 anos, e estender a todos os dados coletados, o critério de 30 dias como referência. Também deverão ser criados outros indicadores de desemprego, tal como o desemprego oculto por desalento e o desemprego oculto por subocupação - ou por trabalho precário (CLEMENTE, Isabel. IBGE muda pesquisa e taxa deverá subir. *Folha de São Paulo*, 24 de setembro de 1999).

Segundo documento da Fundação SEADE (1999),

“A PED é fundamentada por uma metodologia²⁹ e conceitos que, além de considerarem as recomendações internacionais sobre o assunto, introduzem inovações com o objetivo de ampliar a abordagem de fenômenos típicos de mercados de trabalho heterogêneos e segmentados como o brasileiro. Assim, possibilita tanto a apuração de taxas comparáveis àquelas medidas segundo os critérios da Organização Internacional do Trabalho (OIT), quanto a divulgação de outros resultados, que encontram correspondência na realidade local”.

No tocante às recomendações internacionais, a PED também trabalha com a taxa de desemprego aberto (calculada para um período de referência de 30 dias), além de divulgar taxas de desemprego oculto por desalento (medida acolhida pela OIT) e o desemprego oculto por trabalho precário. Este último é uma inovação introduzida pela PED e portanto não comparável internacionalmente (SEADE, 1999).

O desemprego oculto por trabalho precário alia o critério de procura por trabalho a um estudo rigoroso do tipo de atividade ocasional exercida pelo indivíduo entrevistado, buscando comprovar uma irregularidade e descontinuidade capazes de diferenciá-las de ocupações regulares típicas do setor informal.

Além disso, a PED privilegia a procura de trabalho associada à investigação mais detalhada da regularidade do trabalho ocasional, diferenciando-se das outras duas pesquisas do IBGE e que por sua vez, privilegiam não a procura mas o exercício de algum tipo de trabalho no período de referência, sem incursão de numa análise das características desta atividade.

Também, sem igual contrapartida na PNAD e PME, a Pesquisa de Emprego e Desemprego apresenta taxas para o desemprego oculto por desalento, considerando as pessoas que não têm e nem procuram trabalho por um período mais longo devido a desestímulos do próprio mercado de trabalho.

²⁹ Essa metodologia foi criada em 1984 e mantém-se sem mudanças significativas até os dias de hoje.

Prova da relevância destas diferenças é que, em alguns casos, indivíduos classificados como ocupados e inativos pelos critérios da PNAD e PME, apareceriam sob a denominação, respectivamente, de desempregado por trabalho precário e desempregado por desalento, segundo a metodologia da PED. Neste caso, um indicador do comportamento do mercado de trabalho restrito às formas de captação das taxas de desemprego das duas primeiras pesquisas poderia incorrer na ocultação de uma dimensão importante do fenômeno do desemprego.

A escolha da PED como principal fonte de dados para a análise da inserção ocupacional do jovem na Região Metropolitana de Salvador (RMS), resultou da consideração destes aspectos metodológicos, já que as condições marginais de ocupação são frequentes na estratégia de inserção do jovem no mercado de trabalho.

3 AS MUDANÇAS RECENTES NA INSERÇÃO DO JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO

As economias tanto do centro quanto da periferia do capitalismo mundial registram atualmente sinais de piora do processo de integração do jovem no mercado de trabalho. O desemprego juvenil tem aumentado de forma generalizada e um número crescente das ocupações desempenhadas pelos jovens é de natureza precária, agravando uma característica da inserção desta faixa etária.

A análise deste movimento para o jovem das economias avançadas e no Brasil é o foco deste capítulo. Conforme descrito anteriormente neste mesmo trabalho, este processo iniciou-se nos países avançados juntamente com o final de um período virtuoso que durou até meados da década de 70 e que combinou elevadas taxas de crescimento econômico com políticas sociais de um Estado do Bem-Estar Social. Já no Brasil, as transformações no mercado de trabalho emergem no início dos anos 90, com a adoção de um novo modelo de inserção internacional da economia do país. O problema do desemprego, já conhecido pelo mercado de trabalho brasileiro durante o período predominantemente recessivo da década de 80, agrava-se na década seguinte e adquire novos contornos, refletindo-se no processo de inserção do jovem no mercado de trabalho.

3.1 CONCEITUANDO E CONTEXTUALIZANDO A INSERÇÃO OCUPACIONAL DOS JOVENS

Segundo Pochmann (1998a, p.24), *"O padrão de inserção ocupacional refere-se à passagem da situação de inatividade para a de atividade, que pode significar tanto que o jovem está ocupado como que está em busca de emprego."* Dessa forma, para muitos jovens, esse processo constitui-se na trajetória do sistema escolar para o sistema produtivo, podendo ser apreendido através do comportamento das taxas de inatividade, desemprego e ocupação deste grupo etário.

Um padrão de inserção encontra-se constituído quando não são identificadas (qualitativa e quantitativamente) mudanças significativas nesses três parâmetros ao longo de um período. O crescimento elevado das taxas de desemprego, o grande aumento das ocupações precárias ou ainda, a ampliação da inatividade são portanto indícios de que a forma de inserção do jovem no mercado de trabalho estaria adquirindo uma nova configuração.

Comparativamente ao trabalhador adulto, a inserção ocupacional do jovem é tradicionalmente marcada por maior alternância entre procura por trabalho e passagem por diferentes ocupações. O peso das atividades mais precárias também costuma ser elevado dentro deste grupo etário assumindo, no passado, carácter mais temporário ou servindo como "porta de entrada" para o mercado de trabalho. No período recente essa participação nas atividades precárias vem assumido contornos mais definitivos, atingindo também os que têm mais idade.

A configuração do mercado de trabalho também exerce um papel importante nas oportunidades de inserção ocupacional do jovem. Em cada país, um maior grau de heterogeneidade do mercado de trabalho se traduz em diferentes formas de uso e remuneração da mão-de-obra tornando o processo de inserção mais complexo. Situações de emprego, desemprego e subemprego são mais facilmente confundidas em mercados de trabalho mais informalizados. Mesmo naqueles mais estruturados, podem ser identificados dois segmentos principais (externo e interno)³⁰, cuja dinâmica apresenta algumas especificidades para o emprego do jovem.

No mercado de trabalho interno situam-se os empregos mais estáveis, salários mais elevados, produtividade alta, emprego de tecnologia moderna, capital intensivo, maiores exigências de qualificação da mão-de-obra além de possibilidades de treinamento e promoção dentro da própria firma. Neste mesmo mercado, a contratação de jovens freqüentemente aparece como uma condição necessária de renovação do quadro funcional das empresas constituindo-se portanto numa demanda específica para este grupo etário. A concorrência com a mão-de-obra adulta é, se não inexistente, ao menos bastante limitada.

³⁰ Sobre a Teoria da Segmentação do Mercado de Trabalho ver Lima (1980).

Em contrapartida, o mercado externo caracteriza-se pela alta rotatividade da mão-de-obra, baixos salários, baixa produtividade, utilização mais intensiva de mão-de-obra com menores exigências de qualificação além de poucas oportunidades de promoção funcional. A inserção ocupacional do jovem neste mercado não se faz protegida por uma demanda específica, visto que não há uma perspectiva de continuidade ou progressão dentro da atividade a ser desempenhada, encontrando-se em acirrada concorrência com trabalhadores mais experientes.

As recentes modificações na estrutura econômica brasileira, com reflexos na geração de postos de trabalho no mercado interno, reforçadas também pelos efeitos da racionalização produtiva na eliminação de empregos nas grandes empresas, têm dificultado a inserção do jovem no mercado de trabalho interno. Paralelamente, a externalização de partes da cadeia produtiva para atividades que passam a ser desenvolvidas por micro e pequenas empresas tem se constituído numa das poucas oportunidades de emprego para os jovens, embora não raro seguida de formas mais precárias de contratação³¹.

3.2 O PADRÃO DE INSERÇÃO OCUPACIONAL DOS JOVENS NAS ECONOMIAS AVANÇADAS: SUA EVOLUÇÃO ATÉ O SEGUNDO PÓS-GUERRA.

Nas antigas sociedades agrícolas, a passagem do jovem para o mundo do trabalho se dava progressivamente através de um incremento na participação das atividades produtivas desenvolvidas no âmbito familiar. Dentro desse contexto, a inserção econômica constituía-se parte natural de um processo mais amplo de socialização. Com a primeira Revolução Industrial e a criação de um mercado de trabalho assalariado, esta passagem sofre uma brusca modificação. A migração da população rural para as cidades concomitante à expansão das indústrias faz-se acompanhar da intensa exploração de crianças e jovens como alternativa mais barata de mão-de-obra. A constituição deste padrão precário de uso

³¹ Pochmann, (1998a) destaca o crescimento das ocupações de jovens nas pequenas e microempresas, entre 1989 e 1995, como uma das poucas oportunidades abertas no mercado de trabalho formal brasileiro para este grupo etário embora em número insuficiente para conter o crescimento do desemprego.

e remuneração do trabalho juvenil no início da Revolução Industrial foi, pela primeira vez, identificado como um problema social sendo alvo de denúncias por diversos historiadores e cientistas sociais³².

Já no final do século XIX, a introdução em alguns países dos primeiros programas de obrigatoriedade de dedicação mínima aos estudos para o acesso ao mercado de trabalho vêm assegurar à infância e à adolescência um período exclusivamente dedicado à escolarização. Os indivíduos deste grupo etário passam então a ser reconhecidos primeiramente como estudantes, não mais como trabalhadores "menores". A democratização da escola permitiu estender essa condição aos diferentes segmentos sociais e reduzir as desigualdades de oportunidades de uma inserção futura mais qualificada. O resultado dessas conquistas sociais foi uma gradual redução da participação dos mais jovens nas atividades produtivas e a formação, em contrapartida, de um padrão de inserção no mundo do trabalho, apreendido pela trajetória do sistema escolar para o sistema produtivo.

Conforme exposto anteriormente, no segundo pós-guerra as economias avançadas, vivenciaram um período de forte expansão e regularidade das atividades econômicas. No mercado de trabalho assistia-se a uma baixa taxa de desemprego, forte ampliação do assalariamento, estruturação deste mercado em torno de empregos estáveis e com elevada homogeneização nas formas de uso e remuneração da força de trabalho. Neste contexto, que perdurou entre as décadas de 1950 a 1970, o padrão de inserção ocupacional do jovem também caracterizou-se por baixas taxas de desemprego, facilidade de acesso a empregos regulares criados nestas economias e definição clara da condição do jovem na situação de inativo, ocupado e desempregado.

Mesmo neste período, Pochmann (1998b) destaca a existência de um padrão de ingresso do jovem no mundo do trabalho de maneira diferenciada pela origem social. Aos jovens de origem popular, a entrada no mercado de trabalho realizava-se na faixa dos 15 aos 18 anos, após uma passagem relativamente rápida pelo sistema educativo. Os empregos por eles

³² Entre os mais conhecidos, Marx e Engels.

ocupados eram predominantemente de qualificação básica na grande empresa e de nível inferior ou intermediário no mercado de trabalho externo. Os jovens originários da elite, tinham o ingresso no mundo do trabalho ocorrendo entre 20 e 24 anos de idade, após um maior tempo de escolaridade. Por conta disso cabia-lhes o acesso aos postos de trabalho mais qualificados do mercado interno. Essa dualidade de trajetórias de inserção do jovem era todavia atenuada pela elevada taxa de emprego nos dois segmentos do mercado de trabalho e pelas oportunidades de mobilidade social proporcionadas por um modelo de Estado do Bem-Estar social que acompanha este período.

3.3 AS TRANSFORMAÇÕES PERCEBIDAS A PARTIR DA DÉCADA DE 80

A partir da década de 80 a inserção ocupacional dos jovens passa por rápidas e profundas alterações. Na afirmação de Pochmann (1998b, p.15):

"Em parte isso representa um dos sintomas de um processo mais geral de desestruturação do mercado de trabalho, iniciado nos anos 80 e estabelecido com mais clareza na década de 1990. Este processo tem como fatores fundamentais, além das elevadas taxas de desemprego aberto, o desassalariamento (perda da participação relativa dos empregos assalariados no total da ocupação) e a geração de postos de trabalho precários."

Estas transformações, que se desenvolvem no âmbito geral do mercado de trabalho atual, têm, entretanto, atingido diferentemente segmentos específicos da população em idade ativa. Seus efeitos mais negativos têm repercutido de maneira mais intensa sobre aqueles cuja inserção ocupacional é mais frágil: jovens, mulheres e minorias étnicas.

Para estes primeiros, os dados da OCDE³³ em oito economias avançadas (Alemanha, Suécia, Itália, França, Inglaterra, EUA, Japão e Espanha) revelam, entre os anos de 1970 e 1997, mudanças significativas no padrão de inserção do jovem no mercado de trabalho. Neste período, as principais modificações para a população da faixa etária de 15 a 24

³³ Apud Pochmann, 1998b.

anos³⁴ deram-se no sentido de: aumento do desemprego (de 2,0% para 9,0% nos períodos respectivos), queda no nível de ocupação (de 59,2% para 43,0% dos jovens em condição de atividade) e crescimento da inatividade (de 38,8% para 48,0%).

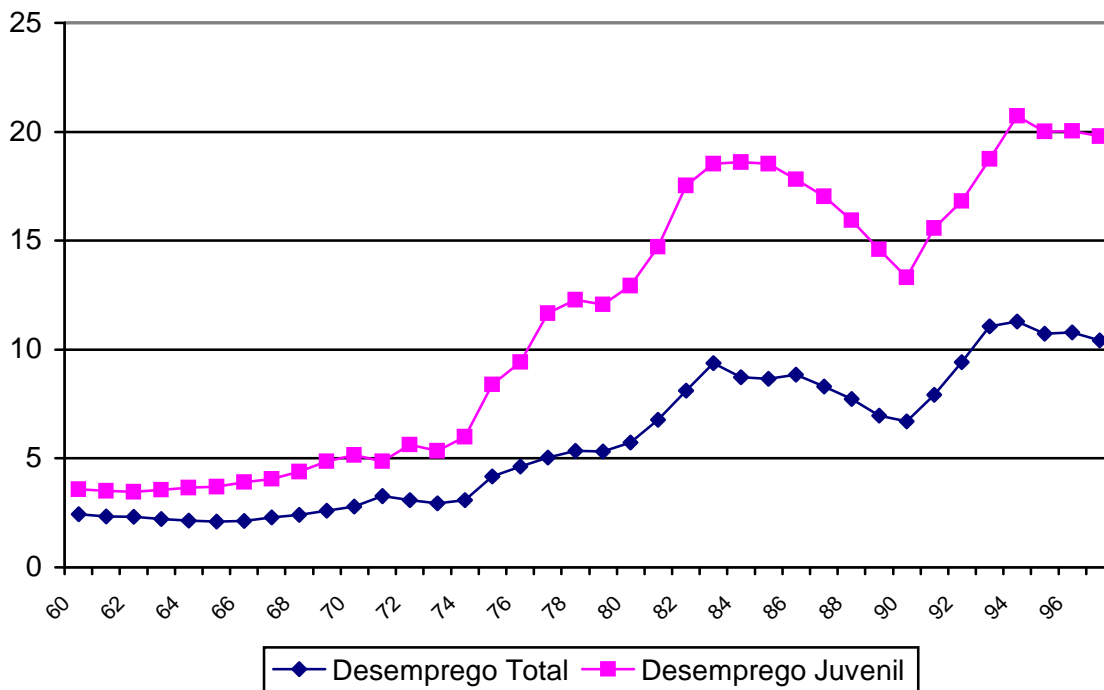
Interrompe-se assim o antigo padrão de estabilidade de inserção ocupacional do jovem nas economias avançadas do segundo pós-guerra, marcado pela condição de quase pleno emprego juvenil e relativa facilidade na transição do sistema escolar para o sistema produtivo. Em seu lugar, a transição da inatividade para a atividade tem sido caracterizada por maior instabilidade ocupacional (situações alternadas de desemprego e ocupação), precariedade nas condições e relações de trabalho (crescimento de contratos temporários ou em tempo parcial), menores possibilidades de mobilidade social (ampliação das ocupações de baixa qualificação e que não apresentam perspectivas de crescimento profissional) e exclusão (o crescimento do desemprego de longa duração).

3.3.1 O crescimento do desemprego

O agravamento do desemprego juvenil reflete a dificuldade da economia em gerar postos de trabalho a um ritmo compatível com os novos contingentes de mão-de-obra que chegam ao mercado de trabalho. Conforme o Gráfico 1, até meados dos anos 60, as elevadas taxas de crescimento das economias avançadas resultavam em taxas de desemprego juvenil bastante baixas e a níveis próximos das taxas de desemprego da população como um todo. Essa situação se modifica a partir dos anos 70. Deste período em diante, o que se observa é o crescimento elevado do desemprego juvenil de forma muito mais acentuada para este grupo específico da população.

³⁴ Faixa etária adotada pela ONU para a definição da população jovem (Pochmann, 1998a).

Gráfico 1: Evolução das taxas médias anuais de desemprego total e juvenil (15- 24 anos) para 10 países selecionados da OCDE* (em %)



Fonte: OCDE e EUROSTAT apud Pochmann 1998b, p.15.

*Alemanha (RFA até 1990, unificada pós-1990), Canadá, Espanha (jovens de 16 a 24 anos), Estados Unidos (jovens de 16 a 24 anos), Finlândia, França, Itália (jovens de 14 a 24 anos), Japão, Reino Unido (jovens de 16 a 24 anos) e Suécia.

A ampliação da diferença entre as taxas de desemprego total e a taxa de desemprego juvenil apresenta-se como forte indício de que as recentes transformações em curso no mercado de trabalho dos países avançados tem incidido de forma particularmente negativa para este segmento da força de trabalho. Ainda segundo a OCDE³⁵, dos 35 milhões de desempregados existentes em seus países membros em 1997, os jovens representavam 46% deste total.

Paralelamente a este crescimento quantitativo, o desemprego juvenil vem apresentando manifestações qualitativas mais complexas. A maior heterogeneidade das formas de

³⁵ Apud Pochmann, 1998b.

contratação (contratos parciais e temporários) e de ocupação (aumento dos conta-próprias) tem tornado mais indefinido os limites entre ocupados e desempregados.

Diante desta nova realidade, Pochmann (1998b, p.22) propõe uma tipologia para o desemprego juvenil:

"de inserção, para os que buscam o primeiro emprego, recorrente para aqueles que se encontram freqüentemente em condição de desemprego, somente interrompida por contratos temporários, de reestruturação para os que perderam emprego na grande empresa que adotou inovação organizativa e tecnológica, de exclusão para os desempregados de longa duração."

Estas formas mais diversificadas de situação de desemprego, além tentarem dar conta dos processos atuais de, dificuldade de geração de empregos pela economia (desemprego de inserção) e intensas transformações das formas de organização da produção (desemprego de reestruturação), reforçam também, a importância da análise do desemprego oculto na captação da condição de desocupação dentro do grupo jovem. O exercício de um trabalho precário ou a não procura de trabalho por desalento poderiam dessa forma, estar escondendo quer como ocupado, no primeiro caso, quer como inativo, no segundo, indivíduos em situações de desemprego recorrente ou desemprego por exclusão.

3.3.2 Precariedade das ocupações e desassalariamento

O acirramento da concorrência intercapitalista impulsionou um forte processo de racionalização produtiva nas grandes empresas, com efeitos negativos sobre o nível de emprego dos jovens na esfera interna do mercado de trabalho. A evolução positiva do emprego juvenil nas pequenas e microempresas, impulsionada pelo movimento de externalização de parte das atividades produtivas das grandes empresas, não se deu entretanto em níveis suficientes para compensar a contração das ofertas no mercado de trabalho interno (Pochmann, 1998b). Como resultado, tem-se a ampliação do desemprego e o deslocamento da inserção juvenil para o segmento externo do mercado de trabalho, onde predominam relações de trabalho mais precárias.

Além disso, a interpretação do desemprego juvenil nos anos 80 e 90 como um problema particular e circunscrito à gestão da transição profissional, não mais como um sintoma de um processo geral de níveis mais baixos de atividade (como se pensava nos anos 70), teve implicações nas políticas de trabalho desenvolvidas neste período. Na área educacional desenvolveu-se um processo de reorganização do sistema educacional e de formação profissional na busca de um perfil mais adaptado às novas exigências de qualificação. No âmbito do mercado de trabalho, que é o que aqui interessa, as supostas "imperfeições" do funcionamento do mercado de trabalho para o segmento jovem buscaram ser corrigidas pela adoção de dispositivos que incentivassem a contratação de trabalhadores jovens com base em redução dos custos para sua contratação (redução de encargos sociais) e em regimes de trabalho mais flexíveis (temporários e parcial).

Dessa forma, o que se observou foi o crescimento da precariedade das formas de contratação da mão-de-obra juvenil, com aumento da participação das ocupações em tempo determinado ou parcial neste segmento da população (Dedecca, 1996a). Estas atividades quase sempre desenvolvidas em condições involuntárias e como fruto da ausência de um oferta de empregos regulares em níveis correspondentes.

O processo de desassalariamento, definido como a perda da participação relativa do emprego assalariado no total da ocupação, também introduziu uma outra modificação importante no perfil da inserção ocupacional do jovem: o crescimento das atividades por conta-própria. Dentro deste processo diferenciam-se ainda o trabalhador autônomo para empresa - jovens de maior escolaridade e experiência profissional - daquele trabalhador autônomo para o público - jovens de escolaridade mais baixa (Pochmann, 1998b).

3.3.3 O aumento da inatividade como desemprego disfarçado

A maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho tem incentivado o prolongamento do tempo de inatividade da população jovem. O aumento da escolaridade, que quase sempre acompanha este processo, vem sendo utilizado como estratégia de fortalecimento da formação profissional, capaz de ampliar as oportunidades de uma inserção individual,

em um mercado de escassez de empregos e maior competição entre trabalhadores pelas vagas existentes.

Essa mesma estratégia, quando analisada para o mercado de trabalho como um todo, apresenta suas limitações. Conforme Pochmann (1998a, p.80):

"Num contexto de baixa evolução do emprego perante a oferta de mão-de-obra, a evolução do nível de formação pode contribuir tanto para elevar a concorrência entre os trabalhadores - provocando neste caso, a substituição de pessoas com menos qualificação pelas de maior nível de formação, em determinados postos de trabalho - quanto para degradar a qualidade da formação profissional nos postos de trabalho mais simples."

Esta constatação aparece reforçada quando comparada a formação educacional e profissional dos trabalhadores jovens de hoje e os pais destes nesta mesma faixa etária há vinte anos atrás. A mais baixa escolaridade destes últimos nem por isso significou taxas de desemprego e instabilidade ocupacional, aos níveis atuais, para a juventude do segundo pós-guerra (Dedecca, 1997).

Por um outro ângulo, a postergação da entrada do jovem no mercado de trabalho tem repercutido sobre alguns mecanismos tradicionais de emancipação da juventude. A ausência de independência financeira postergou também decisões de constituição da família e de moradia fora da casa dos pais. Para alguns jovens, este processo de adiamento da entrada no mundo adulto traduziu-se também em poucas oportunidades para desenvolver responsabilidades e o amadurecimento, um fenômeno que vem sendo denominado por alguns psicólogos e educadores de "prolongamento da adolescência" (Zagury, 1999). Em outros casos, a falta de perspectivas de realização profissional tem influenciado direta e indiretamente a vivência, pelo jovem, de formas de escapismo social - violência urbana, drogas, etc (Pochmann, 1998b).

3.4 OS REFLEXOS DAS TRANSFORMAÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO SOBRE OS JOVENS BRASILEIROS

Com a abertura da economia e maior exposição à concorrência externa, o mercado de trabalho brasileiro passa por significativas transformações nos anos 90. No segmento juvenil, essas mudanças são sentidas pela elevação do desemprego, o desassalariamento e a precarização dos postos de trabalho.

De acordo com dados da PNAD³⁶, entre os anos de 1988 e 1997 a distribuição dos jovens brasileiros de 10 a 24 anos³⁷ de idade foi alterada da seguinte forma: os desempregados crescem de 3,2% para 6,5%, os ocupados caem de 44,0% para 39,9%, e os em situação de inatividade mantêm praticamente estável sua participação, apresentando uma queda pequena de 52,8% para 53,6%.

Esses resultados revelam portanto, sinais de uma alteração no padrão de inserção ocupacional do jovem brasileiro nesta última década. O antigo padrão, que foi se estruturando ao longo do período de industrialização (1933 a 1980) acompanhado de altas taxas de crescimento da economia nacional, era marcado por uma incidência relativamente baixa da situação de desemprego (3,2% em 1988, conforme acima) e oportunidades mais amplas de ingresso ocupacional do jovem nos empregos regulares que eram gerados pelo setores modernos da economia.

Ainda assim, comparativamente aos países avançados, o jovem brasileiro contava com um maior grau de heterogeneidade das formas de inserção no mercado de trabalho, fruto de um processo de industrialização sem o desenvolvimento em paralelo de um Estado do Bem-Estar Social e suas políticas de proteção social³⁸.

³⁶ Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar, produzida pelo IBGE. Para o cálculo das taxas de desemprego foram utilizadas as informações de desocupação baseadas na semana de referência. Maiores detalhes sobre esta pesquisa são encontrados na parte final do Capítulo 2.

³⁷ A utilização de uma faixa etária mais ampla (10 a 24 ao invés de 15 a 24 anos) para a análise da inserção ocupacional do jovem brasileiro é justificada em Pochmann (1998a) pelo peso ainda significativo do grupo etário de 10 a 14 anos na composição da força de trabalho do mercado no país. Conforme se verá no capítulo 4, para o estudo do caso da RMS a opção foi entretanto de trabalhar novamente com a faixa de 15 a 24 anos, buscando assim, separar a problemática do emprego jovem da problemática da exploração do trabalho infantil.

³⁸ Estes aspectos foram tratados com mais detalhe no capítulo 2 deste trabalho.

O baixo crescimento econômico desde os anos 80 e as rápidas transformações pelas quais vem passando a economia brasileira na última década, tem atuado no sentido de um aprofundamento desta heterogeneidade. A criação de formas mais instáveis e precárias de ocupação e a diminuição da participação dos empregos formais têm dificultado e piorado a inserção ocupacional do jovem brasileiro com indícios, inclusive, de situações de marginalização de parcelas deste grupo, constatadas pela extensão do tempo de desemprego.

3.4.1 O crescimento do desemprego

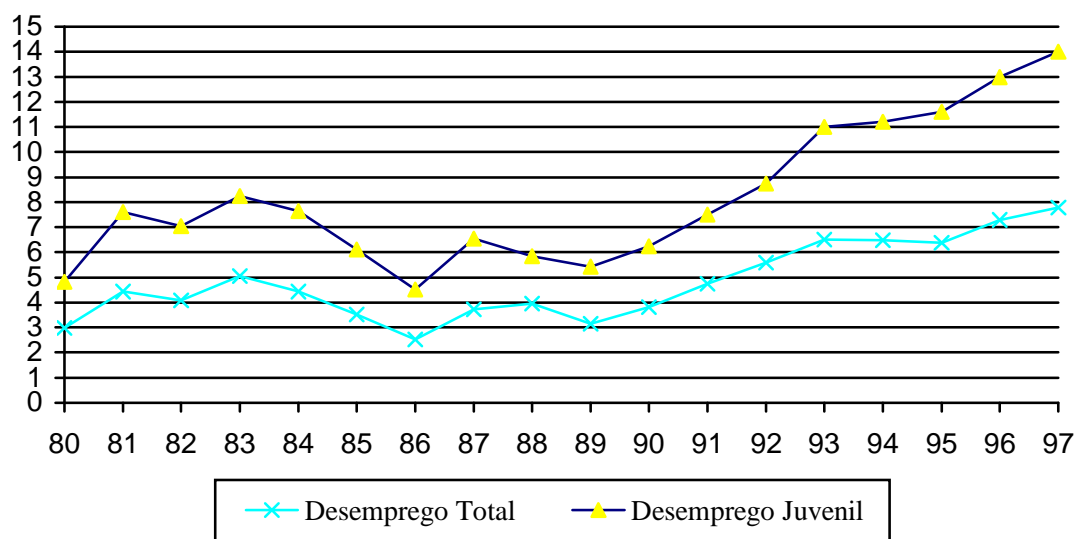
Os anos 90 são marcados por um crescimento significativo das taxas de desemprego da população de 10 a 24 anos. Conforme o Gráfico 2, até o final dos anos 80, sob uma conjuntura de estagnação econômica e crescimento da inflação, a taxa de desemprego³⁹ juvenil flutuou entre 4% e 8%, acompanhando a evolução das taxas de desemprego da população como um todo. Essa dinâmica é alterada a partir dos anos 90. Desde então, a taxa de desemprego juvenil passa a apresentar uma elevação sistemática culminando com índices de 14% da população ativa jovem em 1997. Além disso, essa mesma taxa apresenta um movimento de crescimento mais acentuado comparativamente às taxas de desemprego da população total.

Dessa forma observa-se também no mercado de trabalho brasileiro, uma recente e crescente dificuldade de absorção dos novos contingentes de mão-de-obra que a ele se apresentam. Pochmann (1998a), a partir de dados do IBGE, descreve o peso da participação jovem no total da população desempregada. Em 1996, do total de desempregados do país, 52,9% era formado por jovens de 10 a 24 anos de idade. A distribuição regional desses indivíduos, em acordo com a distribuição geográfica deste

³⁹ Diferentemente da distribuição da população entre ocupados, desempregados e inativos, a taxa de desemprego é calculada pela relação entre o total da população de 10 a 24 anos desempregada sobre o total da população nesta mesma faixa etária classificada como PEA, excluindo portanto a população classificada como inativa.

grupo etário, apresentava-se da seguinte forma: Sudeste (47,8%), Nordeste (24,7%), Sul (12,9%), Centro-Oeste (8,5%) e Norte (5,2%).

Gráfico 2 - Brasil: Evolução das taxas de desemprego total e juvenil*****



Fonte: FIBGE/PNAD ajustadas⁴⁰ apud Pochmann 1998c p.5

** Procura de trabalho; *** De 10 a 24 anos

Quando analisadas as taxas de desemprego juvenil por regiões brasileiras para este mesmo ano, observou-se a seguinte composição: Sudeste (15,5%), Centro-Oeste (15,3%), Norte (15,2%), Sul (10,8%) e Nordeste (10,3%). Essas taxas entretanto, por se referirem ao desemprego aberto, podem apresentar valores ainda mais elevados em regiões onde o mercado de trabalho é menos estruturado e o desemprego oculto tem um peso relevante na captação do fenômeno de desocupação.

3.4.2 Precariedade das ocupações e desassalariamento

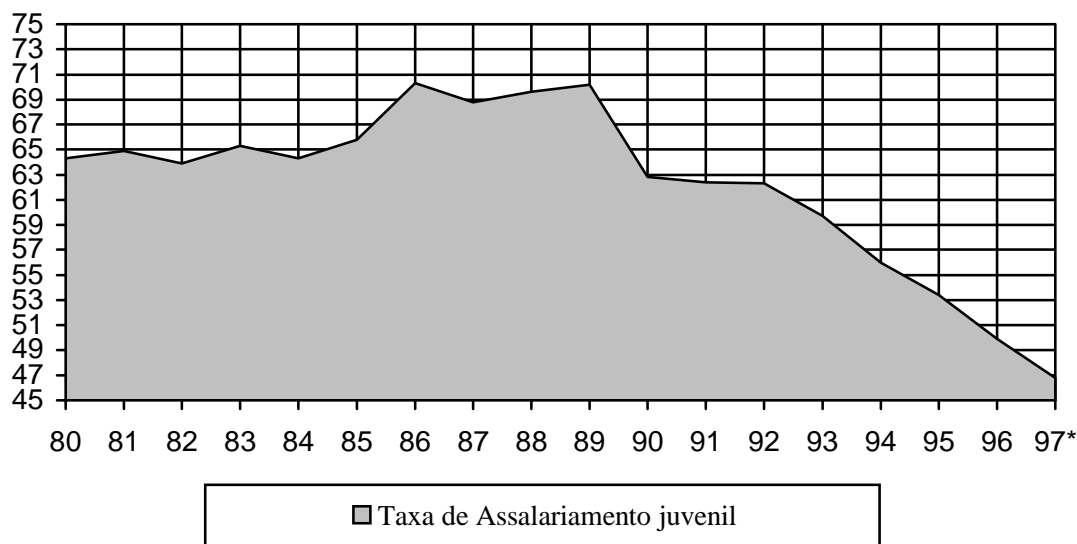
O desassalariamento no Brasil é fruto tanto da destruição de postos de trabalho assalariados como da expansão do trabalho autônomo. No caso da população jovem de 10

⁴⁰ A partir de 1992 o conceito de trabalho, utilizado pela PNAD, foi ampliado passando a incorporar mais duas categorias: trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para próprio uso. Esta alteração entretanto, foi introduzida de forma a não impossibilitar comparações com as PNADs realizadas anteriormente a este período (IBGE, 1999).

a 24 anos, os dados da PNAD⁴¹ revelam que entre os anos de 1986 e 1996 ocorreu uma redução em 23,8% do emprego assalariado, sendo que dentro deste total os empregos formais contribuíram com uma queda de 22,0% e os empregos sem registro uma variação negativa ainda maior de 26,0%. A região Nordeste, onde o desassalariamento foi o mais elevado do país, registrou uma queda de 25,8% nos empregos assalariados ocupados por jovens. Ainda nesta mesma região, os assalariados com e sem carteira assinada apresentaram variações negativas de 23,0% e 26,6%, respectivamente.

Pelo Gráfico 3, acompanha-se a evolução da taxa de assalariamento da população jovem durante as duas últimas décadas. Identifica-se assim, a perda sistemática da participação relativa do emprego assalariado no total de ocupação. O assalariamento entre os jovens passa de algo em torno de 67% ao longo da década de 80 para pouco mais de 48% em 1996.

Gráfico 3 - Brasil: Evolução da taxa de assalariamento do jovem, 1980/97**



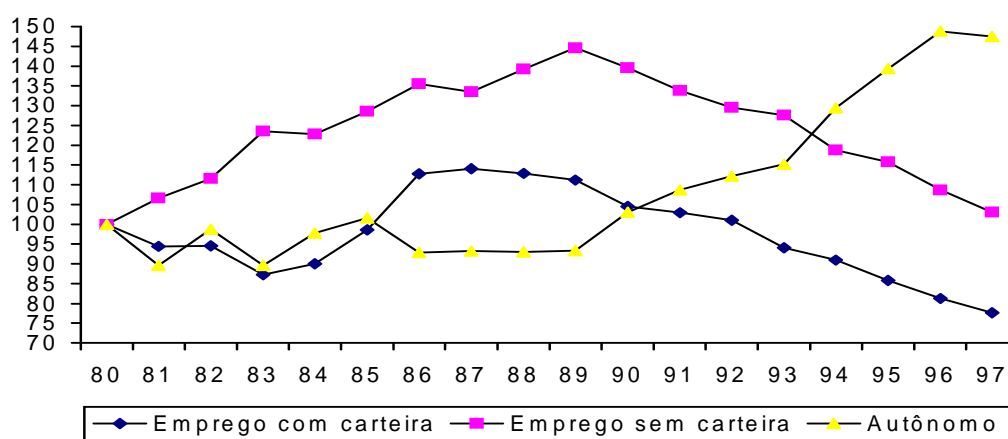
Fonte: FIBGE/PNAD ajustadas apud Pochmann, 1998c. p.10

* Estimativa; ** Total de assalariados em relação à ocupação.

⁴¹ Apud Pochmann, 1998c

A contrapartida do desassalariamento é o crescimento do trabalho autônomo, onde são mais freqüentes baixas remunerações, elevada instabilidade ocupacional e jornadas irregulares. Segundo o Gráfico 4, o trabalho por conta-própria apresentou-se como uma alternativa de ocupação para a população juvenil, tendo sido a única forma de ocupação em crescimento nos anos 90.

Gráfico 4: Brasil: evolução dos índices da ocupação juvenil (10 a 24 anos) 1980/97



Fonte: FIBGE, Censo demográfico e PNAD's ajustadas apud Pochmann, 1998c, p.11.

Em 1980, para cada 10 jovens ocupados, 3 eram autônomos e 7 eram assalariados, sendo que destes, 4 apresentavam registro e 3 não apresentavam registro. Já em 1997, esse quadro adquire uma configuração diferente. Neste ano, para cada 10 jovens ocupados, 4 eram autônomos e 6 assalariados, sendo que destes, 4 possuíam carteira assinada e 2 não tinham registro (Pochmann, 1998c).

3.4.3 A inatividade

Diferentemente das experiências das economias avançadas, o jovem brasileiro tem mantido praticamente inalterada a sua situação de inatividade (passando de 52,8% do total da população juvenil em 1988, para 53,6% em 1997). Dessa forma, observa-se uma constante pressão deste segmento da oferta de mão-de-obra sobre o mercado de trabalho brasileiro assim como uma menor utilização do dispositivo de alongamento da inatividade como

alternativa de postergação do desemprego ou de melhor preparação para o ingresso num mercado de trabalho competitivo (Pochmann, 1998c).

Uma possível explicação para esta diferença de comportamento da população jovem brasileira, quando comparada aos jovens dos países avançados, estaria na situação mais recente de ruptura do padrão de inserção ocupacional na economia nacional (início dos anos 90), quando comparado ao mesmo fenômeno nas economias avançadas (desde meados dos anos 70). Segundo esta hipótese, a precariedade e a situação de desemprego poderiam estar ainda sendo apreendidas pelo jovem brasileiro não como uma mudança estrutural mas como fruto de uma situação conjuntural e portanto de caráter temporário.

Além disso, o prolongamento da inatividade depende também de fatores não diretamente ligados ao mercado de trabalho. Podendo-se citar entre estes, as possibilidades de financiamento desta condição pela própria família do jovem ou ainda o grau de desenvolvimento e expansão do sistema escolar.

Enfim, as explicações para o retorno ou prolongamento do jovem à condição de inatividade, não poderiam ser resumidas a uma questão de escolha individual, devendo-se portanto considerar fatores outros, tais como o de ordem econômica e da própria oferta do sistema educacional, capazes de viabilizar essa alternativa ao jovem brasileiro.

4 AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO MERCADO DE TRABALHO DA RMS E A INSERÇÃO OCUPACIONAL DO JOVEM

O jovem da Região Metropolitana de Salvador (RMS) também tem sentido os efeitos das mudanças significativas por que tem passado o mercado de trabalho da região nestes últimos dez anos.

Neste capítulo traça-se, numa primeira parte, um breve panorama destas mudanças com base nas informações disponíveis pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)/RMS, bem como em estudos recentes que usam seus resultados, focando-se a análise sobre três aspectos principais: evolução do desemprego, características de ocupação e variações de rendimentos.

Esta descrição de âmbito mais geral sobre o mercado de trabalho da RMS, é aqui inserida para cumprir o papel de retratar o ambiente e os condicionantes que influenciarão o processo de inserção ocupacional dos jovens da Região. A situação do jovem neste mercado de trabalho é por sua vez o objeto principal deste capítulo, sendo abordada detalhadamente na segunda parte do mesmo.

Antes disso, e a fim de tornar mais fácil a compreensão das análises apresentadas, optou-se pela exposição inicial de algumas informações sobre Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMS, oferecendo-se um detalhamento dos principais conceitos utilizados na construção de seus indicadores sobre o comportamento do mercado de trabalho.

4.1 PED/RMS: INFORMAÇÕES GERAIS E OPERACIONALIZAÇÃO DE CONCEITOS

A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (PED/RMS) produz informações sobre a estrutura e dinâmica do mercado de trabalho desta região,

através de um levantamento mensal e sistemático sobre o emprego, o desemprego e os rendimentos do trabalho (Informe PED, 1998).

A PED/RMS⁴², tem como unidade amostral o domicílio, coletando informações mensalmente através de entrevistas com os moradores de dez anos de idade ou mais. Esta pesquisa foi realizada anteriormente na RMS no período de 1987/89 sendo então interrompida e novamente retomada a partir de 1996⁴³.

Além da PED, informações sobre o mercado de trabalho da RMS são também levantadas pelo IBGE, com periodicidade anual, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e com periodicidade mensal, através da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Conforme já mencionado no final do capítulo 2, a escolha da PED como fonte de dados para o desenvolvimento deste trabalho, baseou-se na utilização por parte desta última, de uma metodologia mais compatível com a realidade de mercados de trabalho estruturalmente heterogêneos, como é o caso brasileiro e mais especificamente o da Região Metropolitana de Salvador.

Para uma melhor compreensão da dinâmica e estrutura do mercado de trabalho metropolitano, torna-se necessário primeiro, conceituar as categorias demográficas e econômicas relevantes para a análise do mercado de trabalho, bem como os principais indicadores de emprego e desemprego captados pelo estudo empírico. Alguns desses conceitos já foram abordados de forma mais geral no final do capítulo 2, acrescentando-se aqui tão somente uma definição mais precisa da operacionalização dos mesmos no caso específico da PED;

⁴² No tocante a composição espacial, a Região Metropolitana de Salvador é constituída por dez municípios: Camaçari, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz.

⁴³ A pesquisa, entretanto, seguiu desde o início a mesma orientação metodológica da Fundação Seade de São Paulo e atualmente vem sendo realizada na RMS através de convênio firmado entre SEI, Setras/DIEESE e UFBA.

- a) *População em Idade Ativa (PIA)* - categoria econômica que corresponde à população na amostra, com dez anos ou mais, constituindo portanto o contingente de força de trabalho potencial na região estudada.
- b) *População Economicamente Ativa (PEA)* – categoria que corresponde à parcela da PIA que se encontra na posição de ocupada ou desempregada. Corresponde à força de trabalho efetivamente ofertada no mercado.
- c) *Ocupados* – compreende os indivíduos que trabalham, com ou sem remuneração, e que não estão procurando trabalho diferente do atual. Este grupo subdivide-se ainda em: assalariados (com ou sem carteira), autônomos (que trabalham para o público em geral ou para empresas), empregadores e trabalhadores domésticos.
- d) *Desempregados* – corresponde aos indivíduos que se encontram numa das seguintes situações:
- (i) *Desemprego aberto*: são pessoas que, sem ocupação, estão efetivamente procurando trabalho no período de referência da pesquisa⁴⁴.
 - (ii) *Desemprego oculto por trabalho precário*: são pessoas que possuem ocupações irregulares⁴⁵ e que estão procurando trabalho.
 - (iii) *Desemprego oculto por desalento*: corresponde àquelas pessoas que estão desempregadas e não procuraram trabalho nos últimos 30 dias, mas que procuraram nos últimos 12 meses, pelo menos durante 15 dias, e que ainda precisam, no momento da pesquisa, trabalhar.
- e) *Inativos* – engloba a parcela da PIA que não está ocupada ou desempregada.

⁴⁴ Ou seja, procuraram trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhuma atividade remunerada nos últimos sete dias

⁴⁵ Isto é, sem fornecer algum tipo de garantia ou previsibilidade de continuidade do trabalho atual ou de um próximo trabalho quando terminado aquele que ele realiza.

- f) *Rendimento do trabalho* – corresponde ao rendimento monetário bruto (sem descontos de imposto de renda e previdência), efetivamente recebido, referente ao trabalho principal realizado no mês imediatamente anterior ao da pesquisa. Para os assalariados, são considerados os descontos por falta, ou acréscimos devido a horas extras, gratificações, etc. Não são computados o décimo terceiro salário e os benefícios indiretos. No caso dos empregadores, autônomos e demais posições, é considerada a retirada mensal.
- g) *Taxa de participação* – é a relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa (PEA/PIA). Indica a proporção de pessoas em idade ativa incorporadas ao mercado de trabalho, como ocupados ou desempregados. A taxa de participação expressa portanto a pressão da população sobre o mercado de trabalho.
- h) *Taxa de desemprego* – é a relação Desempregados/PEA e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego aberto ou oculto. De outra forma, expressa a participação relativa do total de desempregados no conjunto da população economicamente ativa.

4.2. AS MUDANÇAS RECENTES NO MERCADO DE TRABALHO DA RMS

A comparação dos dados empíricos, coletados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) na Região Metropolitana de Salvador (RMS), entre o final da década de 80 (1987/1989) e meados dos anos 90 (1996/98), foi instrumento de estudos⁴⁶ sobre o mercado de trabalho da Região. Essa forma de tratamento dos dados, baseada na comparação do conjunto de informações entre os dois períodos, apresenta como vantagem a eliminação de alterações determinadas por flutuações conjunturais, recorrentes das comparações mensais, permitindo assim uma análise de caráter mais estrutural das principais transformações do mercado de trabalho da RMS nestes últimos dez anos.

4.2.1 O Mercado de Trabalho da RMS: breve histórico e alguns aspectos gerais

Impulsionado pelos investimentos do Pólo Petroquímico e de contratações na Administração Pública, a década de oitenta foi um período de expansão e estruturação do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador, com o crescimento do assalariamento e do emprego formal. Segundo Borges & Filgueiras (1995), cerca de 60% do aumento das ocupações neste período corresponderam ao emprego formal. Ainda assim, a expansão do emprego mostrou-se insuficiente para absorver um crescimento mais acelerado da oferta de mão-de-obra, sobretudo migrante, refletindo também no aumento do desemprego no mesmo período.

Com o agravamento da recessão, já no final dos anos 80, e as transformações na economia nos anos mais recentes, este processo incipiente de estruturação do mercado regional foi então interrompido. As contratações no Serviço Público estabilizaram-se e o emprego industrial apresentou-se em queda, alimentado pelo processo de reestruturação produtiva das empresas e a maior exposição à concorrência internacional. No caso da Indústria Petroquímica, por exemplo, o movimento de demissões representou uma redução drástica nos postos de trabalho da RMS, com uma queda no número de empregados diretos entre junho de 1989 e junho de 1995 de 14.982 para apenas 6.627 (Borges & Filgueiras, 1995).

Essas distintas dinâmicas do mercado de trabalho da RMS nas duas últimas décadas, interagiram por sua vez com elementos mais específicos e característicos do mercado de trabalho desta Região. Essas características são evidenciadas no destaque para os resultados empíricos sobre algumas variáveis selecionadas, e por si mesmas, capazes de possibilitar uma boa apreensão da complexidade e heterogeneidade da conformação do mercado de trabalho da RMS.

Em princípio, destaca-se o baixo grau de estruturação deste mercado em torno de empregos assalariados formais e o peso significativo dos conta-própria como principal contrapartida.

⁴⁶ Vários deles, inclusive utilizados neste trabalho, encontram-se reunidos na publicação *Bahia: Análise & Dados*. Salvador, SEI, v.8, n.4, Mar. 1999.

Para se ter uma idéia, dos ocupados da Região no período 1996/98, os assalariados com registro em carteira representavam 45,4%, seguindo-se dos autônomos, 24,4% e dos assalariados sem carteira assinada, 10,6% (Azevedo, 1999).

Um outro destaque é a importância do setor de Serviços na composição da ocupação. Somente no período de 1996/98 a PED registrou uma participação de 65,5% dos ocupados neste setor, sendo ainda que destes, 10,8% apresentavam-se concentrados em Serviços Domésticos. Este último segmento do setor de Serviços é ainda de grande importância na estrutura ocupacional da RMS, absorvendo inclusive mais mão-de-obra que o setor Industrial (9,3%).

Com relação aos atributos pessoais dos trabalhadores, ou seja, características pelo lado da oferta de trabalho, observa-se a baixa escolaridade da mão-de-obra da região. A metade dos ocupados da RMS têm no máximo o primeiro grau completo, apesar do nível de educação formal da população do período 1996/98 ter registrado uma melhora em relação aos dados de 1987/89, quando esta mesma relação era de sete em cada dez ocupados.

Dentro deste mercado de trabalho, heterogêneo e precarizado, característico à Região Metropolitana de Salvador, as recentes transformações da economia nacional e mundial têm se traduzido num reforço aos seus elementos mais associados ao atraso e subdesenvolvimento, a saber: redução de postos de trabalho, aumento das relações de trabalho mais precárias e diminuição dos níveis de rendimento dos trabalhadores (Azevedo, 1999). Estes movimentos são detalhados a seguir, expondo-se os principais resultados de pesquisas construídas a partir da comparação dos dados da base PED para a RMS entre os períodos de 1987/89 e 1996/98.

4.2.2 O crescimento do desemprego

O aumento das taxas de desemprego é uma das principais características da evolução recente do mercado de trabalho nacional. Nos últimos dois anos as taxas para a RMS,

quando comparada às outras cinco regiões metropolitanas⁴⁷ onde a PED é também realizada, alcançaram o nível mais elevado do país. Os dados da PED/RMS para os períodos de 1987/89 e 1996/98 captam a evolução deste fenômeno na Região para um intervalo de quase dez anos. Segundo Santana (1999), entre estes dois períodos a taxa de desemprego na RMS salta de 16,4% para 22,7% da população economicamente ativa, registrando portanto uma variação positiva de 38,4%.

Este crescimento do desemprego por sua vez, se dá também com a elevação conjunta de seus dois componentes: o desemprego aberto, que cresce de 9,4% para 13,0%, e o desemprego oculto, que eleva-se de 7,0% para 9,7% (Tabela 3).

Tabela 3 - Evolução da Distribuição da Situação Ocupacional da PEA da RMS - 1987/89 e 1996/98

Situação de Ocupação	1987/88	1996/98	Varição
Ocupados	83,5%	77,3%	(-7,4%)
Desempregados	16,4%	22,7%	38,4%
<i>Desemprego Aberto</i>	9,4%	13,0%	38,3%
<i>Desemprego Oculto</i>	7,0%	9,7%	38,6%

Fonte: PED – RMS. SEI, SETRAS, SEADE, DIEESE, UFBA apud Santana (1999)

A população desempregada mostra-se predominantemente constituída da população jovem (47,1% dos desempregados da RMS tinham entre 15 e 24 anos no período de 1996/98), embora se observe dentro dos grupos etários mais velhos, uma aceleração do desemprego nestes últimos dez anos. Comparados aos dados do final dos anos 80, os grupos de indivíduos de 25 a 39 anos e acima de 40 anos apresentam, respectivamente, taxas de crescimento do desemprego de 53,5% e de 191,0%, passando de 12,7% para 19,5% e de 6,7% para 19,5%.

O aumento acentuado do desemprego da população em idade mais produtiva, constitui um forte indicativo do agravamento da situação no mercado de trabalho na medida que, para estes indivíduos, é de se esperar como fruto da mais elevada experiência e qualificação uma

⁴⁷ São Paulo, Porto Alegre, Brasília, Belo Horizonte e Recife.

também maior estabilidade profissional. Além disso, o desemprego dentro deste grupo etário possui efeitos importantes sobre a dinâmica familiar, pois quase sempre coincide com a perda da renda principal para a família, refletindo-se em queda significativa do padrão de vida de seus membros.

Quando relacionado à escolaridade da mão-de-obra, o comportamento do desemprego entre os períodos aponta aspectos interessantes. As taxas de desemprego apresentam crescimento mais acelerado tanto entre os analfabetos e sem escolaridade, subindo de 10,0% para 19,1%, quanto para aqueles com terceiro grau completo, elevando-se de 4,4% para 10,3% (Belas, 1999). Esse comportamento parece assim refletir de um lado, um acirramento da concorrência entre os trabalhadores que desloca principalmente os de mais baixa qualificação e, de outro lado, uma incapacidade da economia da RMS de gerar postos de trabalho mais qualificados.

4.2.3 Ocupações

O mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador, nos últimos dez anos, revela mudanças importantes na estrutura setorial do emprego e na qualidade das posições ocupacionais.

Com relação à estrutura setorial do emprego, observa-se uma crescente terciarização da economia, expressa pelo aumento da concentração das ocupações no setor de Serviços (Tabela 4). Os ocupados no segmento de Serviços, incluindo os Serviços Domésticos, passam de 57,8% dos postos de trabalho da RMS do período de 1987/89 para 64,0% das ocupações do período 1996/98.

A ampliação da proporção de ocupados no setor de serviços aparece ainda como a outra face da perda de postos de trabalho nos demais segmentos produtivos, com especial destaque para a Indústria e a Construção Civil. Estes dois setores registram quedas na participação do total das ocupações (Tabela 4), com variações negativas de respectivamente 73% e 69% da participação nas ocupações da RMS .

Tabela 4 - Distribuição Relativa da População Ocupada, Por Setor de Atividade RMS, 1987-89 e 1996-98

Setor de Atividade	1987-89 (%)	1996-1998 (%)
Setor Primário	2,1	1,4
Indústria	12,4	9,3
Construção Civil	7,6	5,3
Comércio	18,9	17,7
Serviços	57,8	64,0
<i>Serviços de Produção(1)</i>	22,6	29,5
<i>Serviços Pessoais(2)</i>	26,1	24,0
<i>Serviços Domésticos</i>	9,1	10,5
Outros não-classificados	1,2	2,2

Fonte: PED/RMS -UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE apud Santana (1999, p.49).

(1) *Incluem Transporte e Armazenagem; Utilidade Pública; Especializados; Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; Crédito e Financeiros; Comunicação; Diversão, Radiodifusão e Teledifusão; Comércio, Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Outros serviços de Reparação e Limpeza.*

(2) *Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços Comunitários, Oficinas de Reparação Mecânica e Outros Serviços.*

O destacado aumento da participação das ocupações ligadas a Serviços de Produção (crescendo em 30,5%) assim como a significativa queda na participação dos empregos da Indústria (queda de 25,0%), podem por sua vez já conter indícios dos efeitos do processo de racionalização produtiva na RMS. A queda expressiva na participação das ocupações no segmento Industrial, reforça a suspeita da ocorrência de um enxugamento dos postos de trabalho onde são mais intensos os processos de modernização, ao mesmo tempo que, o incremento mais acentuado dos Serviços de Produção, com relação aos demais segmentos dos serviços, sugere a ampliação do processo de terceirização por parte das grandes empresas.

As mudanças no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador também têm se refletido no maior grau de escolaridade dos que permanecem ocupados. Nos últimos dez anos os ocupados com segundo grau completo ampliam sua participação de 17,5% para 26,3% e os que possuem grau universitário concluído crescem de 5,2% para 10,0% dentre os ocupados (Santana, 1999). Para Azevedo (1999), este crescimento na participação

daqueles que possuem graus de escolaridade mais elevados não pode ser associado, necessariamente, a um aumento da demanda por este tipo de trabalhador. Conforme o autor, o que parece ocorrer é a adoção de uma política de dispensa mais seletiva do que a de admissões, no que concerne ao critério de instrução formal.

Entre os períodos de 1987/89 e 1996/98 constata-se também um aumento da precariedade das relações de trabalho da RMS. Os postos de trabalho com carteira assinada registram queda de 69,1% para 56,2% dos indivíduos na posição de empregados e, em contrapartida, observa-se um acréscimo de 26,1% para 31,3% dos assalariados sem carteira de trabalho assinada (Braga & Fernandes⁴⁸). O acréscimo do número de empregadores⁴⁹ (de 2,3% para 4,2% dos ocupados) é por sua vez compensado pela queda dos trabalhadores autônomos (de 24,5% para 22,7% dos ocupados), não se registrando assim um fenômeno de desassalariamento⁵⁰ na RMS. Dentro dos indivíduos classificados como empregadores, destaca-se o incremento da participação dos microempresários, que salta de 2,3% para 4,2% dos ocupados.

Para Azevedo (1999), a redução dos postos de trabalho nos estabelecimentos maiores tem sido compensada pela expansão da ocupação em estabelecimentos pequenos. Sob esta ótica, o crescimento das microempresas surge então como uma alternativa de absorção daqueles assalariados deslocados do emprego formal das grandes empresas. Absorção esta, quase sempre acompanhada de uma precarização da relação de trabalho: níveis inferiores de remuneração, baixa estabilidade e relações de trabalho mais precárias e que comumente caracterizam os empregos nestes pequenos estabelecimentos.

Também nesse sentido, o não registro de um processo de desassalariamento na RMS parece ter como principal contrapartida a proliferação dos pequenos negócios, pouco estruturados e que contribuem para a informalização do assalariamento. Conforme Borges (1993, p. 78):

⁴⁸ As autoras consideram ainda, para a análise, os dados da PED para o ano de 1999 recolhidos até o mês de março e não consideram como formais os funcionários públicos estatutários, que são analisados em separado.

⁴⁹ Segundo a conceituação da PED, o empregador é identificado como a pessoa que é proprietária de um negócio e/ou empresa, ou que exerce uma profissão ou ofício e tem, normalmente, pelo menos um empregado remunerado permanentemente (SEADE/DIEESE, 1995).

⁵⁰ Perda da participação dos assalariados no total das ocupações.

"(...) a expansão do chamado mercado informal vem se dando, em grande parte, pelo crescimento do número de pequenos negócios ou empresas não registradas, que utilizam o trabalho assalariado contrariando, de certo modo, uma idéia muito difundida de que este setor é constituído, principalmente por trabalhadores autônomos que sobrevivem apenas de pequenos negócios e biscates."

4.2.4 A queda nos rendimentos

Além da elevação das taxas de desemprego, que aumenta a oferta de força de trabalho, os ajustes no mercado de trabalho da RMS têm sido acompanhados de queda no nível de rendimentos. Entre os períodos de 1987/88 e 1996/98, os ocupados da RMS registram uma perda de seus rendimentos reais médios de 15,1%. Os dados revelam também um empobrecimento relativamente maior para aqueles indivíduos que ganhavam mais, eram mais formalizados e apresentavam maior grau de escolaridade (Azevedo, 1999).

Observando o comportamento dos rendimentos médios segundo a posição na ocupação, (Tabela 5), tem-se que a perda dos níveis de remuneração incide mais fortemente sobre os assalariados com inserção mais regulamentada no mercado de trabalho. São entre os assalariados com carteira assinada que se registram as maiores perdas, queda de um quinto relativamente aos rendimentos de dez anos antes. Entre os assalariados sem carteira e os autônomos, registram-se pequenos ganhos, da ordem de 7,2% e 0,2% respectivamente e portanto insuficientes para compensar a queda dos assalariados registrados.

O movimento nos ganhos dos trabalhadores não apresenta ainda grandes diferenças por graus de instrução. Nos diferentes grupos de escolaridade, as perdas nos rendimentos são acima de um terço entre os dois períodos, inclusive com variações mais altas para os ocupados de maior escolaridade. Este comportamento sugere, portanto, que o critério educacional não foi um fator discriminante na definição das perdas ocorridas nos rendimentos dos ocupados (Azevedo, 1999).

Tabela 5 - Variação dos rendimentos reais médios da RMS - 1987/88 e 1996/98

Em reais de agosto de 1999			
	87/88	96/98	Variação
	Média de	Média de	Entre os
	Rendimento	Rendimento	períodos
Posição na Ocupação			
Assalariado Com carteira	852,75	668,89	(-21,6%)
Assalariado Sem Carteira	239,56	256,79	7,2%
Autônomo	341,41	342,13	0,2%
Graus de Instrução			
Analfabetos e sem escolaridade declarada	234,63	171,94	(-26,7%)
1º grau incompleto	347,65	238,26	(-31,5%)
1º grau completo e 2º grau incompleto	558,08	367,17	(-34,2%)
2º grau completo e 3º grau incompleto	1036,95	673,47	(-35,1%)
3º grau	2556,24	1694,08	(-33,7%)
Setor de Atividade			
Indústria de Transformação	1056,18	774,72	(-26,7%)
Construção Civil	553,01	453,09	(-18,1%)
Comércio de Mercadorias	534,05	448,93	(-15,9%)
Serviços Produtivos (1)	927,25	709,37	(-23,5%)
Serviços Pessoais (2)	438,22	491,88	12,2%
Serviços Domésticos	116,77	129,95	11,3%
Total	623,05	529,22	(-15,1%)

Fonte: PED/RMS - UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE Nossos Cálculos.

(1) *Incluem Transporte e Armazenagem; Utilidade Pública; Especializados; Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; Creditícios e Financeiros; Comunicação; Diversão, Radiodifusão e Teledifusão; Comércio, Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Outros serviços de Reparação e Limpeza.*

(2) *Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços Comunitários, Oficinas de Reparação Mecânica e Outros Serviços.*

Quanto a variação dos ganhos nos diversos setores da atividade produtiva nos últimos dez anos, apenas os segmentos de Serviços Pessoais e Serviços Domésticos é que registram pequeno movimento positivo, respectivamente 12,2% e 11,3% nos níveis de rendimentos dos ocupados nestes setores (Tabela 5). Já para os trabalhadores dos demais ramos de

atividade as perdas mostram-se contudo expressivas, destacando-se as ocorridas nas ocupações da Indústria de Transformação (variação negativa de 26,7%), nos Serviços Produtivos (queda em 23,5% nos rendimentos médios) e na Construção Civil (variação negativa de 18,1%).

4.2.5 Conclusões

As análises anteriores, permitem identificar algumas importantes modificações no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador nestes últimos dez anos. O desemprego cresce significativamente e torna-se mais grave à medida que passa a incidir fortemente sobre os grupos etários de mais idade, que quase sempre representam chefes de família. Além disso, a escassez de postos de trabalho e a baixa qualidade dos novos postos que são gerados, parecem explicar a elevada taxa de crescimento do desemprego tanto nos grupos de maior como nos de menor grau de escolaridade.

Além do ajuste quantitativo dos postos de trabalho, o nível dos rendimentos também tem um importante papel como variável de ajuste no mercado de trabalho da RMS. Registra-se uma queda acentuada dos rendimentos reais dos ocupados, em especial daqueles que auferiam salários mais elevados e relação de emprego formalizada ao final da década de 80.

Com relação ao nível de ocupação, somente os serviços cresceram sua participação como setores empregadores nestes dez anos. Face ainda a qualidade dos postos de trabalho, observa-se um quadro de crescente precarização das relações de trabalho assalariadas na RMS, com os assalariados com carteira perdendo espaço para os assalariados sem carteira assinada.

4.3 O JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO DA RMS

Uma vez percebidas as linhas gerais das mudanças no mercado de trabalho da RMS nos últimos dez anos, parte-se então para a análise dos efeitos dessas transformações sobre a inserção ocupacional dos jovens da Região.

4.3.1 Operacionalização Do Conceito De Jovem

No presente trabalho define-se o segmento jovem como a parcela demográfica compreendendo a faixa etária de 15 a 24 anos⁵¹. Essa delimitação procura privilegiar, pela escolha do limite mínimo, a idade necessária para a conclusão da formação escolar obrigatória, assim como situar-se dentro do limite de idade em que a legislação brasileira permite o ingresso ao mercado de trabalho.⁵²

Vale ressaltar ainda, que a exclusão dos indivíduos com menos de 15 anos tem como objetivo separar a problemática da inserção ocupacional do jovem no mercado de trabalho, daquela concernente à exploração do trabalho infantil, contemplada em análises da condição de trabalho de crianças de 10 a 14 anos⁵³. Devido a sua ilegalidade e efeitos negativos inequívocos sobre o desenvolvimento físico, psíquico e social dos indivíduos que atinge, entende-se que a questão do trabalho infantil merece um tratamento bastante distinto do realizado neste estudo para o grupo jovem.

4.3.2 Descrição da amostra

Para a análise detalhada dos principais efeitos das recentes transformações no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador (RMS) sobre o grupo jovem, utilizou-se dos dados da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) comparando-se os resultados

⁵¹ As políticas de emprego envolvendo a população jovem trabalham com faixas um pouco distintas entre os países: 16 a 18 anos na Inglaterra, 14 a 32 anos na Itália, 16 a 24 anos na França (Pochmann, 1998a).

⁵² Pela legislação brasileira, não é permitido o trabalho de crianças menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

⁵³ Sobre o trabalho infantil na RMS ver Azevedo *et alii*, 1999.

referentes aos períodos 1987/88 (dados de outubro de 87 até dezembro de 88) e 1996/98 (dados de outubro de 96 até dezembro de 98).

Para o primeiro período, contou-se com uma amostra de 91.528 indivíduos sendo que aqueles de 15 a 24 anos representavam 29,8% dos entrevistados. Já no período 1996/98, a amostra apresenta 144.955 indivíduos e dentro destes 28,3% correspondendo ao segmento jovem. Nos respectivos períodos, esse grupo correspondia a 32,4% e 28,3% da população economicamente ativa (PEA) da Região. Assim, as modificações na situação de inserção ocupacional do jovem da RMS representa um estudo do comportamento do mercado de trabalho nos últimos dez anos de um grupo etário que corresponde a cerca de um terço da oferta de trabalho desta Região.

4.3.3 O crescimento do desemprego

A oferta de mão-de-obra jovem no mercado de trabalho da RMS, apresenta uma queda entre o período de 1987/88 e 1996/98 (passando respectivamente de 32,4% para 28,3% da PEA total). Dado o incremento na participação deste grupo na estrutura etária da população da Região ao longo dos anos 90⁵⁴, o menor peso do jovem na força de trabalho aparece portanto como conseqüência do aumento da inatividade dentro deste grupo etário. Os dados revelam que a taxa de participação dentro da população de 15 a 24 anos era de 64,5% em 1987/88, caindo no período de 1996/98 para 62,4%.

Por sua vez, este crescimento da inatividade dentro do grupo jovem se faz acompanhar de maior dedicação aos estudos uma vez que, a análise do tipo de inatividade para esta faixa etária revela a condição de estudante como predominante com aumento de 62,0% para 72,8% dos casos de inatividade entre os dois períodos. Conforme será detalhado mais a frente, este fato também é reforçado através do aumento do grau de escolarização verificado para este segmento da população.

⁵⁴ Este fenômeno, conhecido como "onda jovem", reflete as elevadas taxas de fecundidade registradas nos anos 60 e 70 na Região. Sobre a transição demográfica na Bahia e RMS, ver Borges (1998); SEI (1999).

Apesar da diminuição da oferta de trabalho do jovem, com sinais de retorno a inatividade, deteriora-se a situação de ocupação daqueles que permanecem no mercado de trabalho. Segundo a Tabela 6, a taxa de desemprego juvenil (relação entre o contingente de desempregados na faixa de 15 a 24 anos e a PEA de idêntica faixa etária) apresenta uma variação positiva de 43,5% (de 25,5% para 36,6%), embora não se observe para o caso da RMS, um crescimento especialmente mais acelerado para este segmento da população.

Esta constatação não diminui entretanto a relevância do problema do desemprego para o segmento jovem. As taxas mais elevadas de desocupação ainda se concentram justamente no grupo de 15 a 24 anos, expressando um processo de inserção ocupacional difícil para o jovem da RMS.

Tabela 6 - Taxas de desemprego por grupos de idade na RMS

Faixas de Idade	1987/88	1996/98	Varição
10 a 14 anos	19,5%	33,6%	72,3%
15 a 24 anos	25,5%	36,6%	43,5%
25 a 39 anos	12,7%	19,5%	53,5%
40 e mais anos	6,7%	12,4%	85,0%

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Nossos cálculos.

Com relação a composição do desemprego juvenil (Tabela 7), destaca-se o crescimento mais acentuado da componente do desemprego oculto, que varia em 45,3% (de 9,5% para 13,8%) ao passo que o desemprego aberto cresce em 42,5% (de 16,0% para 22,8%), entre os dois períodos analisados. Estes resultados, indicam portanto que a situação de desemprego do jovem vem sendo crescentemente acompanhada da realização de atividades precárias (desemprego oculto por trabalho precário) ou ainda marcada por indícios de uma situação de marginalização pelo desemprego de longa duração (desemprego por desalento).

Cresce também a incidência dos jovens desempregados em situação de busca do primeiro emprego. Em 1987/88 o desemprego de inserção atingia 7,5% dos jovens da RMS, ao passo que em 1996/98 esse número alcança 10,3%, ou seja, uma variação positiva de 37,3% nos últimos dez anos.

Tabela 7 – Situação do Mercado de Trabalho do jovem na RMS

Situação do Mercado de Trabalho	1987/88	1996/98
Ocupados	74,5%	63,4%
Desempregados	25,5%	36,6%
<i>Desemprego Aberto</i>	16,0%	22,8%
<i>Desemprego Oculto</i>	9,5%	13,8%
Oculto por trabalho precário	5,2%	8,0%
Oculto por desalento	4,3%	5,8%
<i>Desemprego de Inserção (1)</i>	7,5%	10,3%

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Nossos cálculos.

(1) Categoria de desemprego não trabalhada pela PED e criada pela autora para este estudo a partir do cruzamento de informações pertencentes ao questionário desta Pesquisa. Inclui-se aqui aquele jovem no mercado de trabalho classificado em alguma situação de desemprego mas com a particularidade de estar em busca do seu primeiro emprego. Este mesmo jovem, encontra-se aqui também incluído no cálculo das categorias de desemprego oculto ou desemprego aberto, buscando-se dessa forma, não impossibilitar comparações dessas modalidades de desemprego para o jovem com relação aos demais grupos etários.

Utilizando a tipologia do desemprego, proposta em Pochmann (1998b) e citada no capítulo 3, pode-se afirmar que a evolução do desemprego do jovem da RMS tem se dado no sentido do aumento da participação do desemprego recorrente, do desemprego de exclusão e no desemprego de inserção.

4.3.4 Ocupações

Nos últimos dez anos, a estrutura das ocupações desenvolvidas pelos jovens da RMS registra movimentos importantes. Embora não se verifique um fenômeno de desassalariamento para os indivíduos de 15 a 24 anos da Região, com a participação dos assalariados no total das ocupações mantendo-se constante nos dois períodos em 58,3%, registram-se mudanças significativas nas demais posições de ocupação. As ocupações como autônomos caem de 20,5% para 18,5% sendo compensadas sobretudo pelo incremento das ocupações como trabalhadores domésticos, que cresce de 15,7% para 17,5% (Tabela 8).

Tabela 8 – Posição na Ocupação do jovem da RMS

Posição na Ocupação	1987/88	1996/98
Assalariado	58,3%	58,3%
<i>Com carteira assinada</i>	72,6%	61,9%
<i>Sem carteira assinada</i>	27,4%	38,1%
Autônomo	20,8%	18,5%
Empregador e dono de negócio familiar	N.S.	1,2%
Domésticos	15,7%	17,5%
Trabalhador familiar	3,5%	3,7%
Outros	N.S.	N.S.

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Nossos cálculos.

(N.S): Estatisticamente não significativo.

A manutenção da participação dos jovens dentro das ocupações assalariadas se faz por conta de mudanças qualitativas nas relações de trabalho para esta posição de ocupação. Os empregados sem carteira assinada crescem em 39,1% (de 27,4% para 38,1% dos assalariados) entre os jovens assalariados, observando-se assim para este grupo da população, uma precarização das relações de trabalho assalariadas particularmente mais incisiva. Quando comparados esses mesmos resultados para o total dos ocupados da RMS, este crescimento da informalização das relações assalariadas mostra-se mais lento, variação de 19,9% nos dois períodos, com os assalariados sem carteira assinada aumentando sua participação de 26,1% para 31,3%⁵⁵.

Com a reestruturação produtiva, levando por um lado ao enxugamento dos postos de trabalho nas grandes empresas, e por outro lado, incentivando o crescimento das micro e pequenas empresas via externalização de partes de sua cadeia produtiva, observa-se conseqüentemente, uma tendência ao incremento da participação destes estabelecimentos na geração de empregos.

Entre os períodos de 1987/88 e 1996/98 (Tabela 9) registra-se queda acentuada da participação das grandes empresas no emprego do jovem, com variação negativa de 29,6% (passando de 26,0% para 18,3%). Ao mesmo tempo observa-se o incremento da

⁵⁵ Conforme os resultados já apresentados anteriormente neste mesmo capítulo.

participação das micro e pequenas empresas, com crescimento de 16,2% (passando de 46,7% para 54,3%) na participação do emprego jovem⁵⁶.

Tabela 9- Evolução do Emprego juvenil por Tamanho da Empresa na RMS

Tamanho da Empresa (1)	1987/88	1996/98
Trabalha sozinho	15,9%	15,7%
Trabalha com familiares ou sócios	11,4%	11,6%
Micro e Pequenas empresas (2)	46,7%	54,3%
Média e Grande empresa (3)	26,0%	18,3%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Nossos cálculos.

(1) Na conceituação da PED, a variável tamanho da empresa identifica o número de trabalhadores empregados habitualmente pela empresa ou pelo negócio ao qual o entrevistado está vinculado. Para os não assalariados refere-se ao negócio no qual o indivíduo trabalha.

(2) Dados da PED agregados segundo a seguinte classificação do SEBRAE:

(a) ME (Microempresa): na indústria até 19 empregados e no comércio/serviço até 09 empregados

(b) PE (Pequena Empresa): na indústria de 20 a 99 empregados e no comércio/serviço de 10 a 49 empregados (c) MDE (Média Empresa): na indústria de 100 a 499 e no comércio/serviço de 50 a 99 empregados

(d) GE (Grande Empresa): na indústria acima de 499 empregados e no comércio/serviço mais de 99 empregados

Deve-se ainda destacar que, o aumento do emprego nas micro e pequenas empresas se faz quase sempre seguido de precarização das condições de trabalho. Os dados revelam que nas micro e pequenas empresas os jovens assalariados sem carteira assinada aumentaram sua participação de 51,8% dos ocupados nestes estabelecimentos em 1987/88, para 57,6% em 1996/98.

Num contexto de baixa evolução do emprego, o aumento da escolaridade da população jovem da RMS constatada nos últimos dez anos, não tem garantido um aumento da empregabilidade dos indivíduos de 15 a 24 anos. A Tabela 10 mostra um incremento da escolaridade a nível do segundo e terceiro grau (de 21,0% para 26,4% e de 14,5% para

⁵⁶ Vale aqui ressaltar que o critério que estabelece o tamanho da empresa pelo número de empregados nem sempre é uma boa aproximação do poderio econômico desta mesma empresa. Por exemplo, sabe-se que

19,0%, respectivamente) incapaz entretanto, de reverter o aumento da queda na condição de ocupado dentro de todos os grupos de escolaridade. A queda mais acentuada para aqueles com menor escolaridade revela que o aumento da concorrência por postos de trabalho tornou mais difícil a inserção ocupacional do jovem sem o primeiro grau.

Tabela 10 – Distribuição da PEA jovem da RMS por graus de escolaridade e situação de ocupado

Grau de escolaridade	Distribuição da PEA Jovem			Situação de Ocupado		
	1987/88	1996/98	Variação	1987/88	1996/98	Variação
Analfabeto/sem escolaridade declarada	5,1%	2,6%	(-49,0%)	81,3%	71,5%	(-12,1%)
1º grau incompleto	58,9%	51,3%	(-12,9%)	74,4%	62,2%	(-16,4%)
1º grau completo e 2º incompleto	21,0%	26,4%	25,1%	70,6%	58,6%	(-17,0%)
2º grau completo e 3º incompleto	14,5%	19,0%	31,0%	77,4%	69,3%	(-10,5%)
3º completo	0,5%	0,8%	60,0%	N.S.	79,2%	-
Total	100,0%	100,0%	-	-	-	-

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Nossos cálculos.

(N.S): Estatisticamente não significativo.

Com relação a distribuição do emprego nos grandes Setores da Atividade Econômica, os jovens acompanham a distribuição observada para o total da população (Tabela 11). A maioria dos jovens de 15 a 24 anos (cerca de 60%) encontra-se em ocupações do setor de Serviços, seguidos pelas atividades de Comércio e Indústria. Entretanto, dentro do Setor de Serviços constata-se alguns espaços mais frágeis, onde a participação dos jovens é mais significativa. Há maior inserção do grupo jovem nas atividades de Serviços Domésticos e Serviços Pessoais, representando respectivamente 17,5% e 22,3% das atividades desenvolvidas pela população jovem, ao passo que apenas 10,5% e 24,0% das ocupações para a população total⁵⁷. Embora registrando crescimento nos últimos dez anos, é mais reduzida a participação dos jovens nos Serviços de Produção, apenas 23,7% contra 29,5% para o total da população.

tecnologia de ponta pode ser usada por pequenos estabelecimentos, mas envolvendo grandes montantes de capital.

⁵⁷ De acordo com a Tabela 4 já exposta neste trabalho.

Tabela 11 - Evolução da Distribuição Relativa da População Jovem Ocupada, Por Setor de Atividade RMS

Setor de Atividade	1987-88 (%)	1996-1998 (%)
Setor Primário	2,3	1,6
Indústria de Transformação	11,8	8,7
Construção Civil	7,5	5,0
Comércio	19,8	20,7
Serviços	57,2	63,5
<i>Serviços de Produção(1)</i>	19,2	23,7
<i>Serviços Pessoais(2)</i>	22,5	22,3
<i>Serviços Domésticos</i>	15,5	17,5
Outros não-classificados	N.S.	N.S

Fonte: PED/RMS - UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE. Nossos cálculos.

(1) *Incluem Transporte e Armazenagem; Utilidade Pública; Especializados; Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; Crédito e Financeiros; Comunicação; Diversão, Radiodifusão e Teledifusão; Comércio, Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Outros serviços de Reparação e Limpeza.*

(2) *Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços Comunitários, Oficinas de Reparação Mecânica e Outros Serviços.*

Entre os períodos de 1987/88 e 1996/98, a distribuição da ocupação jovem nos setores de atividades registra pequeno incremento no comércio (19,8% para 20,7%) e um crescimento mais expressivo, em 11,0% (57,2% para 63,5%), no setor de Serviços. Dentro deste último, destaca-se o aumento das ocupações ligadas às atividades domésticas (crescendo 12,9%) e de forma ainda mais acentuada das ocupações em Serviços de Produção (crescendo 23,4%) acompanhando portanto, o aumento nos últimos dez anos do peso dessas atividades no total das ocupação da Região Metropolitana de Salvador.

4.3.5 A queda nos rendimentos

A queda no nível de rendimentos é particularmente elevada para os jovens da RMS (Tabela 12). Entre os períodos de 1987/88 e 1996/98, este grupo da força de trabalho registra perdas de um terço de seus rendimentos reais médios, superando o empobrecimento de 15,1% dos rendimentos médios de toda a população ocupada da Região. Amplia-se assim, a diferença entre as rendas auferidas pelo total da população ocupada e a população ocupada jovem, constatando-se, pela comparação com os resultados da Tabela 5, que a média dos rendimentos dos jovens representavam 50,8% dos ganhos médios da população total

ocupada na RMS no período 1987/88 e passa a representar apenas 41,8% desses rendimentos no período 1996/98.

Tabela 12- Variação dos rendimentos reais médios dos Jovens da RMS - 1987/88 e 1996/98

Em reais de agosto de 1999			
	87/88	96/98	Variação
	Média de	Média de	Entre os
	Rendimento	Rendimento	períodos
Posição na Ocupação			
Assalariado Com carteira	461,45	297,38	(-35,5%)
Assalariado Sem Carteira	201,65	176,86	(-12,3%)
Autônomo	233,71	187,48	(-19,8%)
Graus de Instrução			
Analfabetos/sem escolaridade declarada	177,52	131,81	(-25,8%)
1º grau incompleto	211,87	148,13	(-30,9%)
1º grau completo e 2º grau incompleto	325,62	214,16	(-34,2%)
2º grau completo e 3º grau incompleto	599,20	337,61	(-43,7%)
3º grau	1270,16	933,19	(-30,4%)
Setor de Atividade			
Indústria de Transformação	484,75	268,63	(-44,6%)
Construção Civil	300,69	194,56	(-35,3%)
Comércio de Mercadorias	342,06	233,40	(-31,8%)
Serviços Produtivos (1)	451,31	302,62	(-33,0%)
Serviços Pessoais (2)	249,06	205,65	(-17,43%)
Serviços Domésticos	104,58	116,54	11,4%
Total	221,38	316,45	(-30,0%)

Fonte: PED/RMS - UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE Nossos Cálculos.

(1) *Incluem Transporte e Armazenagem; Utilidade Pública; Especializados; Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; Crédito e Financeiros; Comunicação; Diversão, Radiodifusão e Teledifusão; Comércio, Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Outros serviços de Reparação e Limpeza.*

(2) *Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços Comunitários, Oficinas de Reparação Mecânica e Outros Serviços.*

Distintamente dos movimentos registrados para o total dos ocupados, os jovens da RMS apresentam diminuição das rendas auferidas em todas as principais posições de ocupação (Tabela 12). Os jovens assalariados com registro em carteira são os que apresentam as maiores perdas (-35,5%), seguindo-se os trabalhadores autônomos (-19,8%) e os assalariados sem registro (-12,3%).

Com relação a influência da escolaridade na diminuição do nível das perdas de rendimentos, os resultados apontam quedas mais acentuadas entre os jovens ocupados com escolaridade média, isto é, primeiro ou segundo grau completo (Tabela 12), questionando portanto a utilização da elevação da escolaridade como estratégia suficiente para a garantia de maiores remunerações.

Conforme também descrito no tópico anterior, justamente nestes dois grupos de escolaridade (1º ou 2º grau completos) é que a PEA jovem apresenta incrementos significativos nos últimos dez anos permitindo-se assim inferir com base nestas constatações que, no contexto atual de escassez de postos de trabalho da RMS, o aumento mais acelerado da oferta de mão-de-obra jovem com este grau de qualificação tem se traduzido num acirramento da concorrência entre estes trabalhadores, contribuindo mais dessa forma, para a queda nos rendimentos médios destes jovens.

Apurando a análise para o movimento dos rendimentos nos diversos setores da atividade econômica onde o jovem encontra-se ocupado, somente aqueles envolvidos em atividades de Serviços Domésticos apresentam ganhos de rendimento entre os dois períodos considerados (Tabela 12). Contudo neste mesmo setor, onde a participação da força de trabalho jovem encontra-se sobrerrepresentada e em crescimento⁵⁸, o nível de rendimentos são os mais baixos entre os setores analisados da RMS.

Para os trabalhadores jovens dos demais ramos de atividade as perdas mostram-se expressivas, acompanhando os movimentos verificados para o total de ocupados da RMS.

⁵⁸ Conforme tabela 11.

Destacam-se as quedas na média dos rendimentos reais dos jovens ocupados na Indústria de Transformação (variação negativa de 44,6%), na Construção Civil (queda em 35,3% nos rendimentos médios) e nos Serviços Produtivos (variação negativa de 33,0%).

4.3.6 Conclusões

As análises anteriores apontam para mudanças importantes, nos últimos dez anos, na inserção do jovem no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador. Apesar da diminuição da oferta de trabalho deste segmento da população e do aumento da inatividade, acompanhada de maior dedicação exclusiva aos estudos, o desemprego cresce significativamente, agravando a situação dos que permanecem no mercado de trabalho.

A escassez de postos de trabalho contribui também para queda particularmente expressiva nos rendimentos, aumentando as diferenças de ganhos deste segmento da população e o total de ocupados da Região.

Com relação aos setores da atividade econômica, o emprego do jovem acompanha o processo de terciarização da economia da RMS, destacando-se uma participação mais acentuada nas atividades de Serviços Domésticos, onde também coincidem baixas remunerações.

A precarização das relações assalariadas é a contrapartida da manutenção do nível de assalariamento da força de trabalho jovem. Os assalariados sem carteira aumentam sua participação e de forma mais acentuada para este grupo etário do que para o restante da população ocupada da Região.

5 CONCLUSÕES

O aumento do desemprego dentro do grupo jovem, assim como os sinais recentes de piora do seu processo de inserção ocupacional, não podem ser vistos como um fenômeno restrito às características deste grupo etário, mas sim como parte sintomática de um processo mais amplo de mudanças da economia mundial e seus efeitos sobre a (des)organização do mercado de trabalho. Dito de outra forma, o desemprego juvenil é entendido aqui como uma manifestação primeira de transformações de caráter mais estrutural e que incidem atualmente sobre o mercado de trabalho.

Além disso, a crescente dificuldade de inserção ocupacional da mão-de-obra jovem não é um fenômeno que se coloca apenas ao Brasil, em razão sobretudo, da baixa qualificação desta força de trabalho. Este mesmo fenômeno, tem se apresentado há mais tempo e de forma crescentemente intensa nos países desenvolvidos, onde inclusive, vêm sendo implementadas políticas públicas voltadas especialmente para este segmento da população.

O estudo do caso do grupo jovem da Região Metropolitana de Salvador ilustra a problemática na Região, com seus resultados apontando para significativas mudanças no padrão de inserção ocupacional deste segmento da população nos últimos dez anos. Segundo os resultados mais gerais da PED, a distribuição da população jovem de 15 a 24 anos de idade da RMS, altera-se da seguinte forma entre os períodos de 1987/88 e 1996/98: os desempregados aumentam de 16,5% para 22,8%, os ocupados caem de 48,1% para 39,5% e os em situação de inatividade crescem de 35,4% para 37,7%.

Visto com mais detalhes, o desemprego representa uma situação vivenciada por cerca de um terço da população economicamente ativa jovem, atingindo mais recentemente e sobretudo aqueles sem o primeiro grau. Ainda assim, no contexto atual de baixa evolução das oportunidades de emprego, o simples aumento da escolaridade verificada neste grupo etário, não se tem mostrado suficiente como garantia de uma ocupação na região, posto que as taxas de desemprego são também ascendentes para os jovens com mais estudo.

Acompanhando este processo, constata-se também o incremento das relações de trabalho mais precárias, quer via o crescimento dos assalariados sem carteira assinada, quer pela queda na média dos rendimentos auferidos. Esses dois movimentos, mostram-se ainda mais intensos para o grupo jovem, quando comparado a processo semelhante ocorrido para o total de ocupados da RMS, o que portanto indica uma fragilidade deste grupo etário frente as recentes transformações do mercado de trabalho regional.

De outro lado, este crescimento da participação do segmento jovem em ocupações mais precárias e de menor remuneração, juntamente com a sua sobrerepresentação nas atividades de Serviço Doméstico também preocupam por não constituírem, por si mesmos, sinais de uma inserção ocupacional que abra possibilidades de acesso aos melhores empregos gerados pela economia.

O agravamento do processo de inserção do jovem no mercado de trabalho, descrito para a RMS, acaba por alimentar o debate em prol de políticas públicas de emprego voltadas para o enfrentamento desta problemática. Nas economias desenvolvidas, onde esta discussão é mais antiga, já se tem a experiência de um conjunto de medidas de políticas de trabalho para o jovem estruturadas de forma a centrar sua atuação sobre três linhas tidas como principais, a saber: enfrentamento do desemprego, promoção de ocupação e prolongamento da inatividade.

Com relação ao enfrentamento do desemprego, medidas se deram no sentido de incorporação no âmbito dos programas de seguro-desemprego, do jovem em situação de procura do seu primeiro emprego, levando em conta um certo período de espera, sem sucesso, e a exigência de cadastramento nas agências de emprego.

No campo de promoção de ocupação, foram difundidos dispositivos de estímulo aos contratos especiais de trabalho para os jovens, destacando-se dois modelos principais de atuação neste sentido. Num primeiro modelo, privilegiou-se a redução do custo de contratação desta mão-de-obra através de contratos especiais mais flexíveis, incluindo perdas de salário e diminuição de encargos sociais, conforme o exemplo americano. Num

outro modelo, optou-se pelo desenvolvimento de programas governamentais de incentivos à contratação, seja por via da concessão de subsídios públicos diretos aos que a realizam, seja ainda pela criação de uma série de exigências ao empregador com relação a contratação de um número adicional de jovens, concessão de formação profissional adicional e manutenção do jovem empregado por um determinado período de tempo. Estes contratos especiais e mais regulados têm sido a proposta dominante em países como França, Itália, Suécia e Bélgica (Pochmann, 1998a)

Finalmente, as medidas que objetivam a ampliação da inatividade, desenvolvem-se fortemente articuladas ao sistema educacional, privilegiando o aumento da escolaridade da população jovem assim como uma maior inter-relação entre o sistema educacional formal e o mercado de trabalho, com o incentivo da formação de estágios em empresas.

O Brasil, devido ao incipiente desenvolvimento de políticas públicas de emprego no país e o caráter mais recente de agravamento da inserção ocupacional do grupo jovem, ainda não tem concretizado nenhum programa específico visando a atuar sobre esta questão. Dentro deste vácuo, as experiências desenvolvidas pelas economias avançadas surgem então como possíveis caminhos a serem seguidos, não desconsiderando todavia, a necessidade de repensá-las sempre no contexto das especificidades da realidade da economia brasileira. Diante deste argumento é que cabe aqui a colocação de Azeredo (1998, p. 257);

"A inclusão do chamado desemprego de inserção no âmbito do seguro-desemprego, o que já vem sendo feito por muitos países, deve ser vista com cautela entre nós. Afinal, os baixos níveis de escolaridade da população indicam que há um importante espaço de políticas públicas a ser explorado em articulação com o sistema educacional. Buscar formas de aumentar o tempo de permanência dos jovens nas escolas, bem como de envolver as empresas tanto na contratação de jovens como na sua formação profissional, parece ser mais indicado nesse caso do que a simples concessão de seguro-desemprego a esta clientela."

Refletindo igualmente sobre estas questões e tendo como ilustração os resultados empíricos alcançados por esta pesquisa para o grupo jovem da Região Metropolitana de Salvador, cabem aqui mais algumas considerações.

Primeiramente, deve-se ressaltar que a alternativa de incremento da qualificação como forma de aumento da empregabilidade, embora necessária para equiparar os trabalhadores com as qualificações que lhes permitam ingressar no mercado de trabalho e encontrar melhores perspectivas de carreiras, apresenta importantes limitações para a solução do desemprego juvenil. Isto porque, as medidas de qualificação não possuem a capacidade de elevar as oportunidades de emprego da economia como um todo encontrando-se por isso subordinadas ao nível de emprego geral da economia. Já este último, depende por sua vez de variáveis outras (nível da demanda agregada, dos investimentos e gastos públicos), de ordem macroeconômica, e portanto definidas fora do mercado de trabalho. A análise do caso da RMS ilustra bem este fato, quando o constatado incremento da escolarização da mão-de-obra jovem revela-se insuficiente para conter o aumento das taxas de desemprego.

Segundo, o crescimento do assalariamento sem carteira assinada para os jovens ocupados na RMS questiona as possibilidades de sucesso de medidas de flexibilização das condições de contratação, já que proliferam formas menos protegidas de contratação independente de mudanças na legislação. Além disso, o argumento de que uma desregulamentação das relações assalariadas poderia ter como contrapartida da redução dos custos indiretos de contratação (por exemplo gastos com encargos sociais) e um ganho no nível da remuneração direta, exige um estudo bem mais apurado, face a constatação de que os rendimentos médios dos assalariados sem carteira representam apenas 40% dos auferidos pelos assalariados registrados e apresentam-se inclusive em queda.

Terceiro, também com relação ao nível dos rendimentos, o baixo e decrescente nível em que se encontram, representando menos de 50% do valor médio dos rendimentos do total de ocupados da RMS, já evidenciam o custo especialmente baixo que tem representado atualmente esta mão-de-obra.

Enfim, o que se busca com essas colocações salienta é que, a redução do desemprego juvenil a um problema particular, pertencente a etapa de transição da escola para o trabalho, tende a apresentar uma distorção como consequência de uma abordagem estritamente microeconômica sobre esta problemática. Seguindo o caminho proposto por esta

abordagem, atribui-se aos jovens com mais baixa escolaridade explicações para as dificuldades de inserção profissional baseadas na menor qualificação profissional e baixa produtividade, ao passo que aos mais qualificados, argumenta-se contra a excessiva rigidez dos contratos de trabalho. O que ocorre sob esta ótica, é que as políticas do trabalho tendem a ser reduzidas a um problema de gestão profissional, ocultando-se assim, a sua subordinação ao desempenho da economia e ao nível global de emprego por ela determinado.

Dessa forma, pensar em formas de reverter, ou pelo menos amenizar, a degradação do processo de inserção ocupacional do jovem no mercado de trabalho requer não apenas o tratamento de seus condicionantes mais diretos e restritos ao funcionamento do mercado de trabalho, mas também de seus condicionantes indiretos e não por isso menos relevantes para o entendimento da questão. Entre estes últimos, trata-se portanto de discutir também a crescente financeirização da economia, com a desregulamentação dos mercados de capital e a elevação das taxas de juros tornando atrativos os ganhos proporcionados com os investimentos financeiros e desestimulando os investimentos produtivos responsáveis pela geração de empregos. Ou ainda, os efeitos da introdução das novas tecnologias num contexto de estagnação da capacidade produtiva, dificultando a geração de empregos “compensatórios” entre os setores da economia (Barbosa & Moretto, 1998).

Por último, deve-se ainda reconhecer que o presente trabalho não teve como objetivo principal fazer a contraposição da inserção ocupacional da população jovem com a inserção ocupacional da população "não jovem", no intuito de compreender e apontar especificidades no processo de inserção entre estes dois grupos. O que se procurou aqui sobretudo foi, diante das importantes transformações em curso na economia e no mercado de trabalho do país, mensurar e pôr em evidência os sinais de uma significativa piora do processo de inserção deste grupo etário da população, contribuindo para levantar a discussão e estimular novos estudos e abordagens sobre a questão.

A preocupação com o incremento do desemprego do jovem, se justifica não apenas por ser este expressão da baixa capacidade de uma economia em gerar novos postos de trabalho,

mas também pelo fato de repercutir sobre mecanismos importantes de emancipação deste grupo etário e conseqüentemente do desenvolvimento de um projeto de vida autônomo e cheio de perspectivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEREDO, Beatriz. *Políticas Públicas de Emprego: a experiência brasileira*. São Paulo: ABET, 1998, v.1. (Coleção Teses & Pesquisas).

AZEVEDO, José Sérgio; FILGUEIRAS, Luís Antônio; MENEZES, Antônio Wilson. A Evolução do mercado de trabalho da RMS – Dez/96 a Abr/97. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, SEI, n.37, p. 20-23, jun. 1997.

AZEVEDO, José Sérgio. Mudanças no Padrão de Ocupação na RMS. *Bahia: Análise & Dados*, Salvador, SEI, v.8, n.4, p. 9-26, Mar. 1999.

AZEVEDO, José Sérgio; FERNANDES, Cláudia; MENEZES, Antônio Wilson. *Estrutura e Dinâmica do Mercado de Trabalho de Crianças e Adolescentes na Região Metropolitana de Salvador*. Relatório Final de Pesquisa. Unicef. Salvador, 1999. (mimeo)

BALTAR, Paulo Eduardo; DEDECCA, Cláudio; CACCIAMALLI, Maria Cristina. *Mercado de trabalho no Brasil: o aumento da informalidade nos anos 90*. Relatório Final de Pesquisa. IPEA. BSB. 1997. (mimeo)

BARBOSA, Alexandre; MORETTO, Amilton. *Políticas de Emprego e Proteção Social*. São Paulo, 1998, v.1. (Coleção ABET/Mercado de Trabalho).

BELAS, Ângela. Perfil Demográfico dos Ocupados na RMS. *Bahia: Análise & Dados*. Salvador, SEI, v.8, n.4, p. 51-59, mar. 1999.

BORGES, Ângela. Trabalho e Renda nos anos 90: Novos Horizontes de Exclusão. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, SEI, v.3, n.3, p.76-87, dez. 1993.

- BORGES, Ângela; FILGUEIRAS, Luiz. Mercado de Trabalho nos Anos 90: o caso da RMS. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, SEI, v.5, n.3, p.30-36, dez. 1995.
- BORGES, Ângela. Adolescentes e trabalho na virada do século. *Conjuntura & Planejamento*. Salvador, SEI, n. 49, p. 11-16, jun. 1998.
- BRAGA, Thaiz. *O mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador: Transformações conjunturais e estruturais 1990-1994*. Salvador: UFBA/FCE, 1995. 95p. (Monografia de Graduação).
- BRAGA, Thaiz; FERNANDES, Cláudia. Informalidade e Ocupação Não-Registrada na RMS. *Bahia: Análise & Dados*. Salvador, SEI, v.8, n.4, p. 27-35, mar. 1999.
- BRANDÃO, Sandra; HOFFMANN, Marise. *Medição de emprego: recomendações da OIT e práticas nacionais*. Campinas (SP): UNICAMP/IE/CESIT, 1996.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. Expansão do Mercado de Trabalho Não Regulamentado e Setor Informal. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.19, n. esp., p.25-48, 1989.
- CLEMENTE, Isabel. IBGE muda pesquisa, e a taxa deverá subir, *Folha de São Paulo*, São Paulo, c.2, p.4, 24 set. 1999.
- CORIAT, B. Onho e a escola japonesa de gestão da produção: um ponto de vista de conjunto. In: HIRATA H. (org.). *Sobre o modelo japonês*. São Paulo: Edusp, 1993. P.79-91.
- COUTINHO, Luciano. O desafio da competitividade sistêmica no Brasil. In: *Inserção na Economia Global: uma reapreciação*. São Paulo: Centro de Estudos Konrad-Adenauer-Stiftung, 1997. P.101-127.

DEDECCA, Cláudio. Racionalização e Heterogeneidade nas Relações e nos Mercados de trabalho no Capitalismo Avançado. In: OLIVEIRA, C.; MATOSO, J. *Crise e Trabalho no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1996a. P.55-85.

DEDECCA, Cláudio. Desemprego e regulação no Brasil hoje. Campinas (SP): UNICAMP/IE/CESIT, 1996b.

DEDECCA, Cláudio; BALTAR, Paulo Eduardo. Mercado de Trabalho e Informalidade nos Anos 90. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 27, ed. Esp., p. 65-84, 1997.

DEDECCA, Cláudio. *Reorganização Produtiva e Relações de Trabalho no Brasil - Anos 90*. Ensaio apresentado no XXI Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino americanos, Chicago, 23 a 25 de setembro de 1998, 24p.

DEDECCA, Cláudio. *Racionalização Econômica, Emprego e Relações de Trabalho no Capitalismo Avançado*. Campinas (SP); 1997. 206p. (Tese Livre-Docência/IE. UNICAMP).

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE/DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS – DIEESE. *Conceitos, metodologia e operacionalização: Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED*. São Paulo: SEADE/DIEESE, 1995.

HOBBSBAWN, Eric. *A era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INFORME PED. SEI, Salvador: SEI, v.3, maio, 1998.

IBGE. *Metodologia da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar*. <http://www.IBGE.gov.br>, capturado em 15 de outubro de 1999.

MATTOSO, J. E. Emprego e Concorrência Desregulada: incertezas e desafios. In: OLIVEIRA, C.; MATTOSO, J. *Crise e Trabalho no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1996. P. 27-54.

LIMA, Ricardo. Mercado de Trabalho: o capital humano e a teoria de segmentação. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.217-272, abr. 1980.

LEMOS, Maria Aparecida. *Algumas contribuições da Escola da Regulação para a análise do capitalismo atual*. Salvador: 1993. 124p. (Monografia de Graduação/UFBA/FE)

POCHMANN, Márcio. Traços gerais do movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 24. 1996. *Anais*. Campinas: Anpec, 1996.

POCHMANN, Márcio. *Inserção Ocupacional e o Emprego dos Jovens*. São Paulo: ABET, 1998a, v.6. (Coleção ABET/Mercado de Trabalho).

POCHMANN, Márcio. *A inserção ocupacional dos jovens nas economias avançadas*. São Paulo: Dieese, 1998b.

POCHMANN, Márcio. *Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 90*. São Paulo, CESIT/IE/UNICAMP, 1998c.

SANTANA, Marcelo. Escolaridade e Ocupação na RMS. *Bahia: Análise & Dados*. Salvador, SEI, v.8, n.4, p. 44-50, mar. 1999.

SANTOS, Luís Chateaubriand. Tempos Modernos: trabalho e desigualdades no mercado de trabalho da RMS. *Bahia: Análise & Dados*. Salvador, SEI, v.8, n.4, p. 64-72, mar. 1999.

SEADE. *Esclarecimentos da Fundação SEADE diante da controvérsia sobre os números do desemprego*. [http: www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br), capturado em 15 de outubro de 1999.

SEI. *Mudanças Sóciodemográficas Recentes: Região Metropolitana de Salvador*. Salvador: SEI/UFBA, 1999. 66p. (Série Estudos e Pesquisas, 41).

ZAGURY, Tânia. Pai precisa mandar. *Veja*. São Paulo:Abril, v.32, n. 13, p. 9-13, 31 mar. 1999.

